

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL – UERGS
UNIDADE SÃO LUIZ GONZAGA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

RAFAELA FRAGA BELTRÃO

**A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO LUIZ GONZAGA - RS
2023**

RAFAELA FRAGA BELTRÃO

**A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para obter o título de Pedagoga, ao Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs, Unidade São Luiz Gonzaga.

Orientadora: Prof^a. Luciane Sippert Lanzasova

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciane Sippert Lanzasova
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof^a. Dr^a. Edila Dutra da Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof. Dr. Viviane Maciel Machado Maurenre
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Catalogação de Publicação na Fonte

B453i Beltrão, Rafaela Fraga.

A importância do planejamento nas práticas da alfabetização e letramento no ensino fundamental. / Rafaela Fraga Beltrão. – São Luiz Gonzaga, 2023.

82 f.

Orientadora: Prof^ª. Luciane Sippert LanzaNova.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em São Luiz Gonzaga, 2023.

1. Metodologias. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Planejamento. 5. Professores. 6. Família. I. LanzaNova, Luciane Sippert. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Valéria Lucas Frantz CRB10/1710

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus pela graça alcançada e misericórdia. Toda honra e toda glória sejam dadas a ti. Aos meus pais Wanius Márcio Beltrão, Zerruia Lino Fraga (in memorian) e minha vó Neide Colpo Beltrão, pela formação de caráter e companheirismo em todas as fases da minha vida.

Aos colegas de turma pelo prazer de conhecê-los, pelo respeito, amizade que formamos pela cumplicidade, companheirismo, por me ajudarem sempre que precisei e por não me abandonarem nesta jornada.

Deixo um agradecimento especial a minha orientadora Luciane Sippert Lanzasova, pelo incentivo e pela dedicação do seu tempo ao meu trabalho de conclusão de curso. Na qual, também quero agradecer à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido. Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Um dos maiores danos que se pode causar a uma criança é levá-la a perder a confiança na sua própria capacidade de pensar.” **Emília Ferreira**

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral refletir sobre o planejamento nos processos de alfabetização e letramento nas três primeiras séries dos anos iniciais. O referencial teórico da pesquisa está baseado em autores como Ferreiro e Teberosky (1986), Soares (2003), Freire (1989), dentre outros. Para tanto, a pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo com enfoque na pesquisa descritiva. Esta foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Para as coletas de dados, foi utilizado como questionário via google forms. Os resultados evidenciaram que os principais desafios apresentados visando professores em salas de aulas como muitos alunos. Pois, também a falta de apoio da família na educação dos seus filhos uma vez que a família deve acompanhar o desenvolvimento do aluno. É relevante que o educador passe a analisar os perfis dos educados, e que cada classe possa optar pelo modelo de ensino que seja mais adequado. Assim, conduzindo os alunos com um modelo, mas apropriado com a proposição de ferramentas para se ter o alcance de uma aprendizagem significativa. Assim, os professores precisam reconhecer que o planejamento escolar é uma etapa fundamental para garantir que a instituição de ensino possa atuar de forma organizada, eficiente e efetiva, visando atingir seus objetivos pedagógicos. Esse processo envolve a definição de metas, objetivos e estratégias para desenvolver um ensino de qualidade, além de contribuir para a gestão de recursos, treinamento de professores e melhoria do desempenho dos alunos.

Palavras-Chaves: Metodologias. Alfabetização. Letramento. Planejamento. Professores. Família.

ABSTRACT

The present study had as general objective to reflect on the planning in the processes of literacy and literacy in the first three grades of the initial years. The theoretical framework of the research is based on authors such as Ferreiro and Teberosky (1986), Soares (2003), Freire (1989), among others. Therefore, the research carried out is of a qualitative nature with a focus on descriptive research. For data collection, a questionnaire via Google Forms was used. The results showed that the main challenges presented were directed at teachers in classrooms with many students. Therefore, the lack of family support in the education of children, as the family must monitor the development of the student. It is important that the educator begins to analyze the profiles of the students, and that each class can choose the most appropriate teaching model. Thus, leading students with a more appropriate model with the proposition of tools to achieve meaningful learning. Leading students in directions of meaning with the proposition of tools to achieve a good education. In this way, teachers need to recognize that school planning is a fundamental step to ensure that the educational institution can act in an organized, efficient and effective manner, in order to achieve its pedagogical objectives. This process involves defining goals, objectives and strategies to develop quality teaching, in addition to contributing to resource management, teacher training and improvement of student performance.

Keywords: Methodologies. Literacy. Planning. Teachers. Family.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contagem de: a escola em que você atua é:	41
Figura 2 - A escola em que você atua é:	42
Figura 3 – Número de alunos	44
Figura 4 – Qual a sua formação?	45
Figura 5 - Práticas inclusivas	48
Figura 6 - Avaliação do processo de alfabetização e letramento em sua escola em relação à educação inclusiva	52
Figura 7 - Em relação ao conhecimento que você possui sobre o desenvolvimento do processo de letramento de alunos com necessidades especiais, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum conhecimento e 10 muito conhecimento, o que você:	62
Figura 8 – Qual modalidade você prefere participar de formações?	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das Escolas Estaduais e municipais São Luiz Gonzaga	
Participantes da pesquisa	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2.1 Reflexões sobre alfabetização na perspectiva teórica de Emília ferreiro e Ana Teberosky	12
2.2 compreendendo O conceito de Letramento	21
2.4. Concepções de planejamento e sua relevância para as práticas docentes	34
3 METODOLOGIA	38
3.1 PESQUISA QUALITATIVA	39
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	78
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	78

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa surgiu com o Programa Mais Educação, na qual, foi uma iniciativa do governo que visava ampliar a jornada escolar de estudantes da rede pública de ensino. Tem como objetivo principal promover a educação integral dos alunos, oferecendo atividades complementares no contra turno das aulas regulares. Esse programa busca contribuir de diversas formas para a melhoria da educação, auxiliando tanto os alunos quanto as escolas.

A alfabetização é um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento e sobre as regras de utilização do sistema alfabético de escrita. O planejamento de aula é fundamental para que se atinja êxito no desenvolvimento de aprendizagem. A importância do planejamento nas práticas de alfabetização, tendo em vista que sua ausência pode ter como consequência aulas sem a sequência didáticas necessárias para a estabilização do desempenho de alfabetização e desencadear o desinteresse dos estudantes pelas atividades. Por fim, o planejamento escolar é um processo de organização e definição de metas, estratégias e ações que são desenvolvidas pela equipe escolar, incluindo direção, coordenadores pedagógicos e professores, para orientar as atividades educacionais ao longo de um determinado período.

O objetivo do planejamento escolar é garantir a qualidade do ensino e aprendizagem, promovendo uma ação educativa coerente e eficaz. Ele envolve a elaboração de um conjunto de planos e projetos que orientam as atividades educacionais, desde o currículo escolar até as estratégias de ensino, avaliação, organização do tempo e espaço escolar, formação continuada dos professores, entre outros aspectos. O processo de planejamento escolar geralmente segue algumas etapas, como: Diagnóstico: é a análise da realidade da escola, considerando aspectos como perfil dos alunos, disponíveis, recursos humanos, resultados de infraestrutura de estimativas, entre outros. Definição de objetivos: são alcançados os propósitos e metas a serem alcançados

De fato, o professor precisa rever e selecionar procedimentos metodológicos mais eficazes. Concomitantemente, é preciso entender o conceito de alfabetização sob a luz do letramento. Dessa forma a sua prática estará propiciando uma aprendizagem significativa e contextualizada. Surge o problema da pesquisa em forma de um questionamento que será respondido no percurso deste trabalho: **No entanto, faz se necessário perguntar, qual a importância do planejamento nas práticas de alfabetização e letramento?**

Com um bom planejamento, o professor pode identificar as necessidades individuais de cada aluno e adequar o ritmo de aprendizado ao perfil de cada um. Dessa forma, é possível trabalhar de maneira mais assertiva no desenvolvimento da leitura e da escrita, evitando lacunas no processo de alfabetização. O planejamento oferece a possibilidade de avaliar o progresso dos alunos e realizar ajustes necessários ao longo do processo de ensino-aprendizagem. O professor pode acompanhar e corrigir possíveis erros, permitindo uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Quando se trata de planejar as práticas pedagógicas ou processo de instrução, a atribuição que as escolas não estão apartadas da vida, ela é um sistema social complexo, que não está descolado dos demais. O planejamento do professor é uma etapa essencial para o desenvolvimento das atividades educacionais. Ele envolve a organização e definição de metas, estratégias, recursos e avaliação das ações a serem realizadas em sala de aula. Conhecer o currículo é importante compreender os objetivos, conteúdos e habilidades previstas no currículo da disciplina que será lecionada. Isso permite alinhar as atividades iniciadas com as expectativas curriculares e garantir que os alunos alcancem os aprendizados necessários. Portanto, o desafio do sistema na rede de ensino é sempre contextualizando o processo de apropriação e produção do conhecimento e enfatizar ainda mais a sua importância à vida dos estudantes.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre o planejamento nos processos de alfabetização e letramento nas três primeiras séries dos anos iniciais. Para tanto, procurou-se contemplar os seguintes objetivos específicos: retomar a definição de alfabetização e letramento; identificar a importância do planejamento nas práticas de alfabetização e letramento; investigar se há uma relação entre planejamento e avaliação; identificar quais referenciais teóricos são utilizados pelas professoras alfabetizadoras na construção de suas propostas significativas; compreender o papel social da educação inclusiva.

Este trabalho está organizado em 5 capítulos. Neste primeiro capítulo, é apresentada a introdução, trazendo uma contextualização e justificativa sobre a importância da temática, problema de pesquisa e objetivos. No segundo, traz-se a fundamentação teórica que está estruturada em 3 subcapítulos, apresentando-se o conceito de alfabetização e letramento, uma síntese sobre a educação inclusiva, e as concepções de planejamento e sua relevância para as práticas docentes. No terceiro capítulo metodologia, apresentação dos resultados e análises do

questionário destinados aos professores de 11 escolas estadual e municipal da rede pública. No quinto, as considerações finais e por fim as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a importância do planejamento nas práticas da alfabetização tornam-se necessário problematizar, ou seja, olhar para o espaço da pesquisa e analisar analiticamente e teorizando os dados das escolas, transformando o problema e descobrindo para que serve, saindo da suposição e assim analisando os elementos fundamentais para o desenvolvimento da criança no período de alfabetização, nesta direção apresento a seguir o referencial teórico que pretendo utilizar para dar suporte a minha pesquisa. O planejamento escolar desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade da educação, a coerência e articulação recursos e tempo disponíveis. Dessa forma, o planejamento contribui para uma ação pedagógica coerente, integrada e clara com os propósitos educacionais. Eficiência no uso dos recursos: Com um planejamento adequado para os educandos.

2.1 REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA TEÓRICA DE EMÍLIA FERREIRO E ANA TEBEROSKY

Ferreiro (2001) defende a ideia que no início dos anos 1980, as pesquisas sobre a psicogênese da linguagem escrita levaram os educadores a perceber que a alfabetização está longe de adquirir um código, mas envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística. Nos anos seguintes, com o surgimento dos estudos de letramento, foram igualmente desenvolvidas na compreensão da dimensão sociocultural da linguagem escrita e de sua aprendizagem. Em estreita sintonia, ambos os movimentos em seus aspectos teórico-conceituais acabaram rompendo a separação dicotômica entre a matéria a ser estudada e o professor que ensina. Desviaram-se também do reducionismo, que limitava a sala de aula como único espaço de aprendizagem.

De acordo com Vygotsky (1987) e Piaget (1980), os princípios proclamados a aprendizagem se dá em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que vive. Isso significa que ao lado dos processos cognitivos que são completamente

peçoais, no entanto existe um contexto que não só fornece ao aluno um conhecimento específico, mas também motiva, dá sentido e “concretude” ao que é aprendido. Ainda proporcionar oportunidades para sua aplicação efetiva e uso em situações vivenciadas. Entre o conhecimento de uma pessoa e sua cultura, é necessário avaliar muitos fatores que medeiam a aprendizagem (não só o professor, não só a escola, embora se trate de fatores privilegiados devido à sistematização, objetivos e suposta finalidade pedagogicamente construídos).

A psicogênese da língua escrita é o estudo do desenvolvimento do processo de aquisição da linguagem escrita pela criança. (FERREIRO; TEBEROSKY,1985). Esse processo é influenciado segundo as autoras por diversos fatores, como a maturação física e cognitiva da criança, o ambiente sociocultural em que ela está inserida e a aquisição prévia da linguagem oral. Na fase inicial, a criança começa a ter contato com a língua escrita por meio de objetos com letras e palavras impressas, como livros, revistas, placas, rótulos etc. Ela começa a reconhecer as letras e identificar as palavras e frases de uso comum em seu ambiente. Em seguida, a criança passa a compreender a relação entre a forma escrita e a linguagem oral, e começa a reproduzir graficamente seus pensamentos e ideias. Ela aprende que existem regras de escrita, como a ordem das letras e a separação das palavras, e começa a fazer uso dessas regras para construir suas próprias mensagens.

De acordo com Teberosky, (2001) ao longo desse processo, a criança desenvolve a capacidade de compreender e produzir textos cada vez mais complexos, utilizando diferentes gêneros textuais e ampliando seu vocabulário e seu conhecimento gramatical. Esse processo de aquisição da linguagem escrita é gradual e contínuo, e pode ser influenciado por diferentes fatores externos e internos. Alfabetização é o processo de aprender a ler e escrever, bem como desenvolver habilidades relacionadas à leitura, escrita e compreensão de textos. É um processo fundamental para a educação básica e o desenvolvimento individual e social. Além disso, a alfabetização também pode incluir o desenvolvimento de habilidades numéricas básicas, como a capacidade de contar e realizar operações matemáticas simples.

Por muito tempo a alfabetização foi entendida simplesmente como uma sistematização de “B + A = BA”, ou seja, a aquisição de um código baseado nas relações fonema-grafema. Em uma sociedade amplamente analfabeta caracterizada por baixo nível de alfabetização, a simples consciência fonológica, que permitia aos

sujeitos combinar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas), parecia ser suficiente para distinguir um alfabeto de um alfabeto. As formas tradicionais de alfabetização inicial incluem saberes pelos quais os professores transmitem conhecimento aos alunos. No entanto, muitos desses professores não conseguem entender algumas dificuldades que as crianças enfrentam antes de entender seu verdadeiro significado. (COLELLO, 2015)

Ferreiro (1996) defende a ideia de que a alfabetização - compreendendo a leitura e a escrita - é um processo gradativo e construtivo. É essencial valorizar os primeiros traços e letras dos estudantes, uma vez que representam a expressão de seus esforços iniciais na tentativa de comunicar algo através do papel. Percebe-se que é crucial adotar uma abordagem de aprendizado centrada no aluno, onde cada passo, mesmo que pareça pequeno e simples, seja reconhecido e valorizado. Essa perspectiva alinha-se com a pedagogia construtivista, em que se valoriza o papel ativo do aluno na construção do seu conhecimento.

De acordo com Ferreiro (1996), a realidade educacional do Brasil enfrenta muitos desafios, como a disparidade entre as escolas públicas e privadas, questões socioeconômicas que afetam a qualidade do ensino e a falta de recursos para uma educação eficaz. Nesse contexto, aplicar integralmente a ideia de Ferreiro pode ser complexo. Ainda assim, o reconhecimento e a valorização dos esforços iniciais dos alunos na aprendizagem da leitura e da escrita são passos importantes para promover uma educação mais inclusiva e eficaz. É vital que os educadores brasileiros continuem a lutar pela implementação de metodologias de ensino que apoiem a aprendizagem individual de cada aluno.

Segundo Ferreiro (1996, p.24) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Atualmente muitos professores ainda definem erroneamente o processo de alfabetização como sinônimo de uma técnica. De acordo com suas experiências com crianças, Ferreiro (1999, p.44-7), esquematiza algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial:

Restituir a língua escrita seu caráter de objeto social, desde o início (inclusive na pré-escola) se aceita que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível. Permite-se e estimula-se que as crianças tenham interação com a língua escrita, nos mais variados contextos. Permite-se o acesso o

quanto antes possível à escrita do nome próprio, não se supervaloriza a criança, supondo que de imediato compreendera a relação entre a escrita e a linguagem e não se pode imediatamente, ocorrer correção gráfica nem correção ortográfica.

Ferreiro (1999, p.47) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. A autora defende que, de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar. Na qual, a alfabetização nas escolas deve ser um processo contínuo e sistemático, que tem como objetivo principal ensinar as crianças a ler e a escrever, desenvolvendo habilidades de compreensão e produção textual desde os anos iniciais do ensino fundamental.

É importante ressaltar que a alfabetização não se limita apenas ao ensino do código escrito da língua, mas também deve incluir o desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação, produção textual e compreensão oral, garantindo às crianças o acesso ao mundo letrado e possibilitando a construção de conhecimentos em diversas áreas do saber.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p.23).

Para Ferreiro Teberosky (1985, p.18) a preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do melhor ou do mais eficaz dos métodos, levando a uma polemica entre dois tipos fundamentais; método sintético e método analítico. O método sintético preserva a correspondência entre o oral e o escrito, entre som e a grafia. O que se destaca neste método é o processo que consiste em partir das partes do todo, sendo letras os elementos mínimos da escrita. O método analítico insiste no reconhecimento global das palavras ou orações; a análise dos componentes se faz posteriormente (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p.19).

A escrita pode ser pensada como uma função da linguagem ou um código de transcrição gráfica de elementos constituintes. A diferença essencial é a seguinte: no caso da codificação, tanto os elementos quanto os relacionamentos são predeterminados. No caso de criar uma representação, nem todos os elementos ou relações são determinados. A invenção da escrita é um processo histórico

representa o sistema, não o processo de codificação. No contexto dos dois sistemas envolvidos na educação infantil (o sistema de representação numérica e o sistema de representação verbal), as dificuldades que as crianças enfrentam soam como dificuldades conceituais. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985)

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), “insistem que a grande maioria das crianças de seis anos sabe distinguir palavras de imagens. As crianças que ainda “leem” figuras, mas não letras, são crianças que não foram expostas à escrita em vários materiais”. Com isto, a base da alfabetização é a compreensão dos sons da língua falada e sua relação com as letras. Esse processo começa com a exposição da criança a filhos e palavras em seu ambiente e se desenvolve por meio da interação com adultos e outras crianças. Gradualmente, a criança aprende a associar esses filhos às letras do alfabeto e a reconhecê-las em diferentes contextos. Um certo número de letras (2 a 4) é necessário.

Uma única letra não representa o que está escrito. As crianças rejeitam letras repetidas porque só conseguem ler palavras com letras diferentes.

A alfabetização o uso de cartilhas oferece um mundo que natural e de exposições de ideias, por muito tempo, ensinar a ler e escrever esteve atrelado ao uso de cartilhas. Os atos de ler e escrever eram entendidos como algo mecânico e descontextualizado, no qual a criança precisava apenas do domínio do sistema gráfico da escrita. Nesse contexto, a cartilha era o material didático que atendia de modo satisfatório as exigências propostas por essa concepção de aprendizagem da leitura e da escrita na época (SOUZA, 2019).

A escrita tem uma importante função social e deve ser inspirada no uso de textos atuais, jornais, livros, revistas e contos. Dessa forma, a sala de aula se torna um ambiente letrado. Nesse sentido, a alfabetização é uma forma de explorar a função social da escrita, pois crianças de diferentes classes sociais apresentam desempenho desigual em que nem todos têm as mesmas oportunidades nos primeiros anos de vida ler e escrever textos.

Segundo Ferreiro (1999), as crianças não esperam até que um professor esteja à sua frente para começar a aprender, elas acumulam conhecimento desde o nascimento, fazendo perguntas difíceis e abstratas e encontrando as respostas por si mesmas para entender o mundo ao seu redor. Aprender a ler e a escrever é muito mais do que aprender a lidar adequadamente com tais objetos culturais, é a construção de novos objetos de conhecimento que não podem ser observados diretamente de fora. Com isso, as crianças testam diversas hipóteses estranhas ao

nosso modo de pensar para entender a natureza do sistema de escrita que lhes é fornecido pela sociedade, e para isso são obrigadas a reconstruí-lo internamente e não como conhecimento prévio aceito na descrição detalhada.

Especificamente na etapa da alfabetização, a concepção construtivista foi inserida a partir dos trabalhos desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky acerca da aquisição da linguagem escrita pela teoria da psicogênese. Em 1984 as autoras levantaram a seguinte hipótese:

O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele por um ato de benevolência. É um sujeito que aprenda basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo em que organiza seu mundo. Podemos supor que esse sujeito consciente está presente na aprendizagem da língua escrita? Nós achamos que a hipótese é válida (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.29).

Ferreiro (2011) proporcionou a aprendizagem da escrita com a fala ao afirmar que, não se desenvolve um fonema, nem uma sílaba, nem uma palavra de cada vez, pelo que a aprendizagem da língua escrita não é um simples processo cumulativo, unidade por unidade, mas uma organização contínua e estruturante. Essa abordagem é baseada na crença de que quando a criança está imersa em um ambiente de interação social, ela é capaz de construir seu conhecimento, e o professor não ensina, mas apenas orienta no processo. Nesse contexto, a abordagem sócia construtivista social coloca o aluno na posição de aprendiz interagindo com o meio, devendo o professor assumir uma atitude interventora ou mediadora frente aos pressupostos feitos pela criança.

De acordo com Ferreiro (2011), desqualificam-se os métodos necessários ao progresso da aprendizagem, devendo a reflexão sobre a linguagem ser espontânea e ocorrer naturalmente como parte do desenvolvimento cognitivo da criança. Foi nesse momento que a abordagem sócia construtivista foi incorporada a uma abordagem global de alfabetização, amplamente difundida e defendida no Brasil. Nessa abordagem de alfabetização, a leitura é concebida como a aquisição direta do significado, ou seja, a criança aprende a ler por meio do texto e do contexto. Na concepção sócia construtivista de alfabetismo, a leitura seria algo natural, inato, decorrente do simples contato da criança com a oralidade, pressuposto já refutado nas últimas décadas quanto à aquisição da leitura. Visto que aprender a ler não é natural, todas as crianças podem se beneficiar de formações explícitas.

De acordo com Ferreiro (2001), no meio urbano as crianças iniciam seu processo de aprendizagem muito antes da escola, porque a escrita faz parte da paisagem urbana e a vida requer continuamente o uso da leitura, onde desde muito cedo tentam compreender informações das mais variadas procedências, recebendo informação sobre a função social da escrita participando desses atos. No entanto, as crianças do meio rural estão em desvantagem em comparação com as cidades onde não há tanta escrita no campo, então esse papel é deixado para a escola para dar liberdade às crianças para experimentar sinais escritos e leitura.

Freire (1999), o papel da escola é conceder desafios de conhecimento para as crianças, onde a expressão da escrita deve ser entendida como muito mais do que um argumento de formas gráficas, as crianças não se constituem simples cópias das informações recebidas do meio, ao contrário, são processos construtivos, durante os quais a criança considera parte das informações recebidas e sempre apresenta algo subjetivo. Nesse sentido, o ambiente atua como estímulo, mas o resultado é sempre algo mais, a construção da própria criança. O papel do professor que também tem sua própria intervenção como intermediário na alfabetização, onde a passagem de um nível para outro é gradativa e depende de como cada etapa é processada. Como nos traz a obra de Emília Ferreiro, “a ordem alfabética é uma construção do conhecimento onde, para ensinar a ler e a escrever, é preciso compreender que os alfabetizados devem enfrentar dois processos paralelos: as propriedades do sistema de escrita e usar linguagem funcional”.

Segundo Ferreiro (1996, p.24), “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Atualmente, muitos professores ainda definem erroneamente o processo de alfabetização como sinônimo de uma técnica. De acordo com suas experiências com crianças, Ferreiro (1999, p.44-7), esquematiza algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial. Restituir a língua escrita seu caráter de objeto social; Desde o início (inclusive na pré-escola) se aceita que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível; Permite-se e estimula-se que a criança tenham interação com a língua escrita, nos mais variados contextos; Permite-se o acesso o quanto antes possível à escrita do nome próprio; Não se supervaloriza a criança, supondo que de imediato compreendera a relação entre a escrita e a linguagem; Não se pode imediatamente, ocorrer correção gráfica nem correção ortográfica.

As histórias são espaços interdisciplinares por excelência, abrangendo e englobando qualquer campo do conhecimento. Em outras palavras, criar oportunidades convidativas e desafiadoras em torno de contar histórias e proposições narrativas ajuda a desenvolver o prazer de ler/escrever; amplia o uso e a compreensão das linguagens oral, gráfica, plástica, paisagística e do livro, bem como a observação e o conhecimento do mundo físico, social, cultural e natural e abre portas à imaginação e à fantasia.

Infelizmente, quando você entra na indústria, a maior parte do design que você vê é construída sobre proposições fragmentadas, mecânicas e replicáveis. Os professores enviam cópias do quadro: título, agenda, atividades da aula, trabalhos de casa, recados... E anotam as cópias uma a uma no caderno de caligrafia ou mesmo no caderno de costume da criança. Eles também têm tarefas a fazer em cadernos copiados de livros. Grosso modo, os planos observados variam nas já citadas propostas de cópias e uso de livros didáticos e/ou material reprográfico.

Vale a pena considerar que os materiais em si não são totalmente ruins, mas seu uso. A atividade do livro didático sobre determinado conceito pode ser, por exemplo, incentivar, ampliar e contextualizar as sugestões coletivas e desafiadoras que surgem da realidade das crianças e de seu meio, ou seja, dos livros didáticos. Os planos padrão impostos de fora, elas não conseguem captar professores com base nos seus interesses e através de materiais tangíveis, jogos, brincadeiras e experiências dramáticas para além dos meios técnicos. Essas são algumas das possibilidades, mas exige flexibilidade no planejamento e na formação de professores nessa direção. Portanto, é necessário enfatizar que os professores devem compreender os fundamentos da alfabetização/letramento para fazer escolhas coerentes e criar propostas coerentes.

Através dos resultados obtidos por meio da pesquisa realizada por Ferreira e Teberosky foram definidos cinco níveis de desenvolvimento da escrita a partir do momento em que o indivíduo compreende para que serve a escrita, ou seja, que ela tem uma utilidade. Só se sabe e consegue escrever quando possuímos o conhecimento sobre a função da escrita e quando percebemos que desenho não é a mesma coisa de escrita, porém é um avanço significativo, mas que existe uma diferença entre eles, embora em alguns momentos eles estejam acompanhados. A escrita é uma representação gráfica com significados. Os cinco níveis de escrita segundo Nogueira e Silva (2014), na psicogênese da língua escrita são: nível

pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico, como apresenta-se a seguir:

Nível pré-silábico: neste a criança não estabelece relação entre a escrita e a fala (pronúncia), ela exerce sua escrita por meio de desenhos, rabiscos e letras utilizando-as aleatoriamente. As principais hipóteses desse nível são: já percebe a função social da escrita (diferenciando-a de desenhos), usa critério quantitativo. São necessárias muitas letras para escrever o nome de um objeto grande, e poucas letras para escrever o nome de um objeto ou coisa pequena, critério qualitativo (não se pode repetir letras), acredita-se que só escrevem nomes de coisas, usam letras do próprio nome, cada palavra deve ter três letras se não para ele não é nome são apenas letras, só eles sabem o que quiseram escrever.

Nível silábico: a criança necessita e tem que perceber que a letra é a menor unidade da palavra, entender a vinculação sonora das palavras, fazer a relação entre fonema (som) e grafema (escrita), palavras diferentes se escrevem de maneira diferente, superar o critério usado de variedade de letras e número mínimo de letras e de que uma letra pode se repetir numa palavra. Para isso o professor pode trabalhar a análise da constituição das palavras, reconhecimento dos sons das letras isoladas e posteriormente juntando para formar um todo, utilização de letras móveis, trabalhar com rimas para que eles entendam que existem sons iguais em palavras diferentes, estimular a observação da escrita dos próprios alunos onde eles mesmos confrontam suas escritas com a forma correta identificando seus “acertos” e “erros” leitura de textos mesmo que não saibam ler apoiando-se de início em memorização e na ilustração. (Picolli; Camini, 2013).

Nível silábico-alfabético: Esse nível é uma transição do silábico para o alfabético. É uma escrita quase alfabética, onde a criança começa a escrever alfabeticamente algumas sílabas e para outras permanece silábico. Percebe primeiramente que a sílaba tem duas letras e posteriormente que existem sílabas com mais de duas letras, tem dificuldades em separar palavras quando escreve frase ou texto. É nesse nível em que alguns adultos usam o termo em que a criança estaria engolindo letras. (Picolli; Camini, 2013).

O aluno deve conhecer a relação entre fonema e grafema, entender que uma sílaba pode ter duas, três ou mais letras, saber separar palavras na hora de escrever um texto e cuidar da ortografia na hora de escrever. O trabalho do educador pode ser estimulando o desenvolvimento do aluno, propondo conflitos que levam a um novo patamar, utilizando jogos, palavras cruzadas, montando textos com tirinhas,

lendo textos e brincadeiras diversas, contando as palavras de cada frase, montando textos em palavras e juntar palavras com letras em movimento. (Picolli; Camini, 2013).

Nível alfabético: o aluno deste nível já domina a relação letra-sílaba-som e as leis da língua. Cria associações sonoras de palavras, escreve como fala, esconde letras e sílabas misturando letras, cria dificuldades e problemas de ortografia. Ao escrever um texto, você precisa cuidar da ortografia da escrita. O trabalho do educador pode ser estimulando o desenvolvimento do aluno, propondo conflitos que levam a um novo patamar, utilizando jogos, palavras cruzadas, montando textos com tirinhas, lendo textos e brincadeiras diversas, contando as palavras de cada frase, montando textos em palavras e juntar palavras com letras em movimento. (Picolli; Camini, 2013).

No nível ortográfico: é o nível em que permanecemos em contínua construção, onde adquirimos e dominamos as irregularidades da língua ao longo de nossas vidas. O aluno deve entender que a linguagem tem suas próprias irregularidades e que devemos constantemente tentar manter essas irregularidades cada vez mais sob controle. O professor pode oferecer análises de textos escritos para que os alunos sigam as regras da língua e assim criem desafios no conhecimento das regras, por exemplo, uso de letras maiúsculas e minúsculas, acentos, sinais de pontuação, quais palavras são escritas com x e ch, coesão e coerência do texto. (Picolli; Camini, 2013).

Emília concluiu que as crianças têm um papel ativo na aprendizagem, afirma que eles constroem o seu próprio conhecimento, diz que a construção do conhecimento sobre a leitura e a escrita tem uma lógica individual, embora aberta à interação social dentro e fora da escola. Nesse processo, a criança passa por fases, avanços e insucessos até adquirir e adquirir o código da língua. A quantidade de tempo que um aluno leva para concluir cada estágio varia muito.

Vale ressaltar que cada criança passa por esses cinco níveis para chegar a esse nível de complexidade da escrita, e cada uma tem seu próprio ritmo de movimentação de um nível para outro, ao qual os alfabetizadores devem ficar atentos, pois isso é um grande erro na educação, existe o desconhecimento por parte dos professores, onde não sabem que cada criança tem as suas próprias necessidades e dificuldades, e isso deve ser levado em conta, pois nem todos aprendem com a mesma facilidade.

2.2 COMPREENDENDO O CONCEITO DE LETRAMENTO

A importância da escrita na história da humanidade é tão grande que o período anterior à escrita foi chamado de período pré-histórico. O uso desse campo das palavras é um indicador do desenvolvimento da sociedade, principalmente na atual sociedade tecnológica. A prática social da leitura e da escrita não faz parte do cotidiano de grande parte da população, sendo considerada um grande problema social e um obstáculo ao desenvolvimento econômico. O objetivo é relacionar o letramento no sentido de como a capacidade de um indivíduo usar a escrita e a leitura para promover a prática social, o desenvolvimento e a sustentabilidade. (SOARES, 1990)

De acordo com Soares (1990), os estudos de letramento são adequados como base em três hipóteses excludentes para explicar o fracasso do ensino da língua escrita. O mesmo argumento é feito por professores que têm mostrado os efeitos do "currículo oculto" no desempenho escolar de diferentes segmentos sociais, com base no fato de que as habilidades de leitura e escrita de diferentes comunidades (e, portanto, as experiências de diferentes alunos) são muitas vezes distantes do que a escola costuma dar à escrita (geralmente alfabetização escolar). Lidar com essa diferença (diferentes formas de entender e avaliar a escrita, diferentes usos, diferentes linguagens, possíveis posições do interlocutor, diferentes graus de conhecimento temático, escolhas de instrumentos, suportes textuais e práticas de produção e interpretação...) uma longa distância, que os padrões flexíveis do currículo não podem ver.

(...) há uma dimensão de poder envolvida no processo de aculturação efetivado na escola: aprender – ou não – a ler e escrever não equivale a aprender uma técnica ou um conjunto de conhecimentos. O que está envolvido para o aluno adulto é a aceitação ou o desafio e a rejeição dos pressupostos, concepções e práticas de um grupo dominante – a saber, as práticas de letramento desses grupos entre as quais se incluem a leitura e a produção de textos em diversas instituições, bem como as formas legitimadas de se falar desses textos -, e o conseqüente abandono (e rejeição) das práticas culturais primárias de seu grupo subalterno que, até esse momento, eram as que lhe permitiam compreender o mundo. (KLEIMAN, 2001, p. 271)

Alfabetização é uma nova palavra e conceito que entrou na linguagem da educação e da linguística há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como uma necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais no campo da leitura e da escrita, que vão além do sistema alfabético

e ortográfico, nível tradicionalmente praticado de aprendizagem da língua escrita no processo alfabético. (SOARES, 2004)

De acordo com Soares (2014), estes comportamentos e práticas sociais de leitura e escrita tornaram-se mais visíveis e importantes quando a vida social e a atividade profissional passaram a centrar-se e a depender cada vez mais da linguagem dos livros, revelando a inadequação de uma literacia justa no sentido tradicional de uma criança ou de um adulto. No entanto, provavelmente pelo fato de o conceito de letramento derivar da expansão do conceito de alfabetizar, os dois processos costumam estar ligados e até mesmo combinados.

Pode-se admitir que no nível conceitual, a distinção entre alfabetização e letramento pode não ter sido necessária, bastaria redefinir o conceito de letramento, no nível pedagógico, a distinção ainda se torna conveniente, embora também seja completamente apropriado que, embora esses dois processos sejam diferentes, eles são considerados inseparáveis e interdependentes.

É também significativo que nos seja tão familiar o termo alfabetização, que designa a ação de alfabetizar, de “ensinar a ler e a escrever”, e nos seja tão pouco familiar o termo alfabetismo, designando o “estado” ou a “condição” que assume aquele que aprende a ler a escrever. É ainda significativo que consideremos o termo alfabetizado, isto é, aquele que aprendeu a ler e a escrever, como o contrário do termo analfabeto, e que não tenhamos palavra para designar aquele que vive em estado de alfabetismo (SOARES, 2017, p. 149).

O letramento é as palavras onde o letrado e iletrado: Letrado: versado em letras, erudito iletrado: que não tem conhecimentos literários uma pessoa letrada uma pessoa erudita, versada em letras (letras significando literatura, línguas) uma pessoa iletrada = uma pessoa que não tem conhecimentos literários, que não é erudita; analfabeta, ou quase analfabeta. O sentido que temos atribuído aos adjetivos letrado e iletrado não está relacionado com o sentido da palavra letramento. A palavra letramento ainda não está dicionarizada, porque foi introduzida muito recentemente na língua portuguesa. (SOARES, 1999)

Soares (2017), apresenta um esquema em camadas que se sobrepõem. A primeira delas diz respeito a “aprender o sistema de escrita alfabética”, que fornece insumos para o desenvolvimento da camada seguinte, “ler e escrever textos”, habilidade que já é possível na fase de alfabetização. Ultrapassando essa camada, temos os “usos da escrita”, que envolvem o contexto sociocultural, a questão de gêneros textuais e a linguística do texto. A camada mais ampla, que permeia/abrange todas as camadas anteriores, é intitulada “contextos sociais e

culturais de usos da escrita”, que se refere ao processo de letramento, ou seja, o uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais. Essa união entre a alfabetização e o letramento é o que a pesquisadora chama que “alfaetrar”, com a pretensão de os dois processos serem simultâneos. Nesse contexto, a professora chama a atenção para a escolha de textos, afirmando que é importante que se trabalhe com textos reais, de diferentes gêneros, da mesma forma que é preciso criar uma motivação para a produção de textos. Soares critica o uso de textos elaborados apenas para fins de alfabetização, visão que é confrontada por José Morais em *Alfabetizar para a democracia* (MORAIS, 2014)

Entretanto, o que lamentavelmente parece estar ocorrendo atualmente é que a percepção que se começa a ter de que, se as crianças estão sendo, de certa forma, *letradas* na escola, não estão sendo *alfabetizadas*, parece estar conduzindo à solução de um retorno à alfabetização como processo autônomo, independente do letramento e anterior a ele. É o que estou considerando ser uma *reinvenção* da alfabetização, que, numa afirmação apenas aparentemente contraditória, é, ao mesmo tempo, *perigosa* – se representar um retrocesso a paradigmas anteriores, com perda dos avanços e conquistas feitos nas últimas décadas – e *necessária* – se representar a recuperação de uma faceta fundamental do processo de ensino e de aprendizagem da língua escrita (SOARES, 2017, p. 40).

Ao abordar seu lugar de fala, Soares (2017, p. 40), “conta que ora dizem que ela é da área da Educação, ora dizem que é da Linguística, mas que seu objetivo é articular essas duas áreas de formação”. Essa intenção traça sua trajetória, pois primeiro trabalhou em escolas públicas, depois se dedicou à formação de professores em uma universidade, desenvolveu pesquisas sobre leitura e escrita e, após a aposentadoria, voltou para escolas públicas para entender o que é o ambiente escolar. É possível observar um viés prático na fala do pesquisador, pois ele traz ideias de como o professor pode ajudar a criança a reconhecer os fonemas de forma lúdica e como a consciência grafo fonêmica deve ser desenvolvida combinando teorias com oportunidades.

A abordagem histórica da alfabetização brasileira, especificamente em relação aos métodos já considerados em nossa educação, nos remete por exemplo às cartilhas de alfabetização que, de acordo com Naiara Magalhães (2015), tinham como base os métodos alfabético e de soletração, cuja ideia de ensino da escrita e da leitura partia inicialmente da letra: “[...] Primeiro se ensinam os nomes e as formas [...] na sequência alfabética e também salteada, para depois trabalhar com as sílabas e, em seguida, com as palavras, frases, [...]” (MAGALHÃES, 2015).

O método alfabético e o de soletração, segundo Magalhães (2015), datam da última década do século XIX, logo após a Proclamação da República, tendo os mesmos adentrado e resistido nas décadas iniciais do século XX. Posteriormente, ainda segundo a autora, como consequência das reformas educacionais ocorridas na década de 1920 no país, acontece a consolidação dos métodos analíticos e globais de alfabetização — neles, a unidade de partida para o ensino são os textos, as frases e assim por diante até a menor unidade da língua. Décadas posteriores, tivemos também a prevalência do método fônico entre os anos de 1960 e 1980, método cuja principal característica é a exploração dos sons da fala, explica Magalhães (2015).

A abordagem histórica do processo de alfabetização é tratada por Magda Soares como um impasse, tendo em vista a informação destacada no capítulo inicial do seu livro “A questão dos métodos”, Soares (2016), a respeito da discussão sobre o método ideal de alfabetização, que já atravessa três séculos, sem que um consenso nos seja apresentado de forma clara até o presente momento:

[...] um “novo” método é proposto, em seguida é criticado e negado, substituído por um outro “novo” que qualifica o anterior como “tradicional”; este outro “novo” é por sua vez negado e substituído por mais um “novo” que, algumas vezes, é apenas o retorno de um método que se tornara “tradicional” e renasce como “novo”, e assim sucessivamente (SOARES, 2016, p. 17).

Magda Soares identifica uma possibilidade para o problema da indefinição e falta de consenso sobre os métodos de alfabetização e relaciona essa possibilidade ao construtivismo — que é a “tendências de pesquisa psicológica e educativa com foco em como a inteligência é construída” (VASCONSELLOS; SCACHETTI; CAMILO, 2020) — em oposição ao paradigma pedagógico e psicológico do associacionismo (SOARES, 2016). É nesse último paradigma que se inserem os métodos de alfabetização analíticos e sintéticos:

É que a crítica veemente a que o construtivismo submeteu os métodos analíticos e sintéticos resultou na suposição de que métodos de alfabetização, a que se passou a atribuir uma conotação negativa, afetariam negativamente o processo de aprendizagem inicial da língua escrita. Ou seja: como, no paradigma anterior, a aprendizagem da leitura e da escrita era considerada um problema essencialmente metodológico, os métodos que esse paradigma gerou — métodos analíticos e sintéticos — contaminaram o conceito de método de alfabetização, de modo que a rejeição a eles se tornou uma rejeição a método em alfabetização, de forma genérica (SOARES, 2016, p. 20).

Cabe aqui uma definição do que, para Soares, compreende a método de alfabetização: um “caminho em direção a um fim, considera-se que o fim é a criança alfabetizada, o caminho é o ensino e a aprendizagem” (SOARES, 2016, p. 333). No texto “Alfabetização: a questão dos métodos”, publicado em 1990, a autora lança luz sobre um outro conflito entre paradigmas, imbricado no próprio conceito de método:

Portanto: transformar a afirmação da busca de um método de alfabetização – *alfabetização: em busca de um método* – em interrogação – *alfabetização: em busca de um método?* – Expressa, como afirmei, uma radical mudança de paradigma na concepção do processo de alfabetização. (SOARES, 2017, p. 120).

Para responder à questão formulada, baseando-se na sua experiência no campo educacional na docência e na pesquisa, focada em apontar sugestões para o problema do fracasso brasileiro em implementar nos sistemas de ensino uma alfabetização de qualidade, Magda Soares, propõe que, atualmente, diante da histórica indeterminação de um método, o professor reflita sobre o seguinte raciocínio:

[...] O conceito de métodos de alfabetização que se pretendeu construir ao longo dos capítulos [...] permite inferir que a resposta à *questão dos métodos* [...] não é qual método ou quais métodos são os melhores ou mais adequados; a resposta que se pode inferir reverte os termos da expressão *métodos de alfabetização* para **alfabetizar com método**: orientar a criança por meio de procedimentos que fundamentados em teorias e princípios, estimulem e orientem as operações cognitivas e linguísticas que progressivamente a conduzam a uma aprendizagem bem-sucedida da leitura e da escrita [...]. (SOARES, 2016, p. 331, grifos da autora).

Por fim, temos a constatação da autora sobre a influência e o legado do “método Paulo Freire” para as reflexões e concepções sobre o exercício da alfabetização. Em seu texto “Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método” (SOARES, 2017), ela analisa o precursor e simbólico alfabetizador:

Mas Paulo Freire *criou*, e criou muito além de um método: criou uma concepção de alfabetização, no quadro de uma também nova concepção de educação. Não apenas uma concepção de educação como diálogo, que disso, realmente, não foi ele o inventor (terá sido Sócrates?), mas uma concepção de educação como *prática da liberdade*, educação como *conscientização*; e disso, realmente, foi ele o inventor. Não apenas uma concepção de alfabetização como método analítico-sintético de ensinar a ler e escrever, que disso também, realmente, não foi ele o inventor [...]; mas uma concepção de alfabetização, como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e lugar do homem. (SOARES, 2017, p. 179-180, grifos da autora).

Soares (2017), enfrentamos um impasse entre alfabetizar a partir de um ou mais métodos e ensinar sem definir o método, o que vemos hoje, mais de um século depois das escolhas iniciais da educação brasileira e das primeiras contradições entre diferentes correntes ideológicas educacionais, é uma realidade onde os sistemas educacionais não definem um ou mais métodos formais de alfabetização para as escolas implementá-lo. Com isso, a implementação com um corpo docente que, sem a maior decisão sobre o caminho a seguir até que os alunos se alfabetizem satisfatoriamente, acaba involuntariamente ensinando sem nenhum método.

Em primeiro lugar, uma escola transformadora não aceita a rejeição da linguagem dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por ela ser tão expressiva e lógica quanto a linguagem de prestígio [...], mas também, e sobretudo, porque essa sujeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição *da classe social*, através da rejeição da sua linguagem. [...]. Em segundo lugar, uma escola transformadora atribui ao bidialeto (o ensino e a aprendizagem que consideram as normas culta e a linguagem informal), a função não de *adaptação* do aluno às exigências da estrutura social, [...], mas a de *instrumentalização* do aluno, para que adquira condições de participação na luta contra as desigualdades inerentes a essa estrutura (SOARES, 2002, p. 115-116).

Além das questões sociolinguísticas apontadas por Soares, podemos citar outros pontos já identificados que impactam positivamente no ambiente escolar e que estão ao alcance dos responsáveis pelo ensino que é ofertado nas escolas, como: formação inicial e continuada dos professores — esses, são também responsáveis por exigí-las e cursá-las —, investimentos públicos em melhorias nas escolas: infraestrutura, tecnologia e remuneração dos profissionais, e também políticas e leis que protejam o ensino público das ameaças aos direitos conquistados. Caso não se atente para tais necessidades, as carências, em algum momento, podem favorecer um ambiente de retrocessos com “uma prática pedagógica que ignora as múltiplas determinações — econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas — de que a escola e a variedade linguística são produtos” (SOARES, 2002, p.120).

Para entender como questões políticas, sociais, pedagógicas e linguísticas se entrelaçam para promover ou degradar o ambiente escolar, podemos considerar o seguinte exemplo exposto por Soares:

Certamente, cabe a essa prática pedagógica [que ignora ou relativiza as questões acima citadas] grande parte da responsabilidade pelo fracasso das camadas populares na escola. Pense-se, por exemplo, no problema da

alfabetização, reiterado fracasso na educação brasileira: não há como não fracassar um processo de alfabetização que procura levar a criança à aprendizagem da língua escrita sem considerar a distância que separa essa língua não só de variedades cultas orais, que a língua escrita em geral representa, mas, sobretudo, da variedade oral que o aluno domina, e sem considerar que essa distância é não só linguística, mas também cultural. (SOARES, 2002, p.120)

Dentre as práticas que compõem o processo de alfabetização está a avaliação dos níveis de escrita, da compreensão do princípio alfabético, da proficiência em leitura e da habilidade de interpretação de texto, por exemplo. No Brasil, a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), proposta em 2013, trata da realização anual da “avaliação externa universal do nível de alfabetização” (MEC, 2013), cujos alguns dos objetivos são: avaliar o nível de alfabetização dos alunos – atualmente, ao final do 2º ano do ensino fundamental –, produzir indicadores e com isso melhorar a qualidade de ensino, atingido metas estipuladas pelo governo federal (MEC, 2013, p. 5-7). A Ana propõe ainda fazer com que os resultados das provas aplicadas na rede pública de ensino subsidiem as práticas pedagógicas, os projetos-políticos-pedagógicos e a gestão escolar (MEC, 2013, p. 20).

Magda Soares, ao sugerir a “(des) aprendizagem das funções da escrita”, texto de 1988, mostra que na escola, no processo de alfabetização, na avaliação da escrita dos alunos, as questões extraescolares, isto é, a situação socioeconômica e cultural das crianças, serão um diferencial no retorno que meninos e meninas terão das suas produções de texto.

[...] [A] criança [de nível socioeconômico alto] sabe com que *função* deve usar a língua na escola, sabe fazer o discurso que a escola quer: pertencente às camadas da sociedade para as quais a escola foi organizada, aprende, já no seu processo de socialização familiar, que à escola se deve responder com um determinado discurso, marcado por determinadas funções, e sabe que, quando a escola lhe pede um texto, seu interlocutor escolar não quer propriamente que demonstre o que pensa ou sente (não quer o uso da linguagem com função *pessoal* nem *interacional*), quer que demonstre o que *sabe* ou o que é capaz de *criar* (quer uso da linguagem com função *representativa* ou *imaginativa*). [...] A outra criança [vinda das camadas socioeconomicamente desfavorecidas] [...] não aprendeu, no contexto cultural da sua classe, o jogo da escola. (SOARES, 2017, p. 102, grifos da autora).

Desaprender das funções da escrita enunciada por Soares (2017) pode ser interpretada como confusão causada pela proposta de ensino da escola nas decisões que a criança toma durante a produção de seu texto: o aluno consegue escrever uma performance "artística" isso acontece quando a criança já entendeu a peça escolar e pretende ter sucesso nela e mesmo assim seu texto é bem graduado

ou, ao contrário, produz um texto ingênuo, pois não conhece o padrão de produção do texto escolar (peça), e talvez a escrita deste aluno está mal classificada. Também entendemos que o “jogo escolar” a que Soares se refere, de acordo com o tipo de texto ou o tema proposto para a atividade de produção textual, é expresso por alunos de estratos sociais pobres a partir da aquisição da alfabetização, suas experiências textuais vividas em sua realidade dentro e fora da escola. Com isso, pode se perder na proposta de ação por ser mal avaliado. Uma criança de família de renda média ou alta, que provavelmente já foi exposta às características de diferentes tipos de textos fora da escola, estimulada a observá-los e aplicar esses padrões em suas produções, escreve à escola de acordo com a sugestão do professor aos alunos. Sobre essas diferenças Soares afirma:

A insistência e a persistência da escola em levar os alunos a usar a escrita com as funções que privilegia, insistência e persistência que têm, como principal instrumento, as *condições de produção* da escrita na escola e a *avaliação* dessa escrita, são, na verdade, um processo de aprendizagem/desaprendizagem das funções da escrita: enquanto *aprende* a usar a escrita com as funções que a escola atribui a ela, e que a transforma em uma interlocução artificial, a criança *desaprende* a escrita como situação de interlocução real (SOARES, 2017, p. 103-104).

A autora não apenas expõe as falhas das práticas enraizadas no ensino, mas também sugere, inspira e motiva os responsáveis pela implementação das teorias, mostrando que a solução é valorizar a jornada do aluno como um todo:

Já aos que promovem e orientam o processo – aos que ensinam – cabe considerar, sim, cada parte, cada faceta, separadamente, uma vez que é necessário desenvolver as competências específicas a cada uma, fundamentando-se nos princípios e teorias que a elucidam; cabe também considerar as várias facetas em suas relações, de modo a desenvolver harmonicamente a aprendizagem do todo, não só como uma estratégia de ensino, mas sobretudo em respeito aos processos *reais* de leitura e escrita, em que as diferentes competências não atuam separadamente nem em sequência, mas simultaneamente (SOARES, 2016, p. 34).

As considerações elaboradas por Soares (2020), “para os desafios, os problemas e as condicionantes da alfabetização e do letramento nos auxiliaram a elaborar as nossas próprias considerações”. A finalidade deste trabalho foi confrontar as conclusões do autor, descomplicando-as, para justificar a admiração construída. Portanto, o estudo não quis enfatizar perspectivas teóricas que contradiziam as visões de Soares. No entanto, entendemos que esta escolha não é isolada, mas pelas homenagens que Magda menciona neste trabalho e outros prêmios que ela recebeu, nos permitimos a honra.

Baseando-se nos textos de Soares (2020), acreditamos que o processo de alfabetização nos apresenta diversas dificuldades até atingirmos esse objetivo final, e que uma das soluções mais importantes para superar o ensino improdutivo é a especialização dos profissionais, principalmente aqueles que atuam em escolas públicas. Entendemos que uma educação limitada apenas à alfabetização não garante um aumento no nível de educação. Entretanto, o letramento não se limita a habilidades de decodificação, mas envolve o conhecimento das funções, objetivos e formas de uso da escrita nas diversas situações em que é utilizada. Ou seja, estar letrado implica em dominar não só as habilidades técnicas de ler e escrever, mas também as práticas de produção e compreensão de textos em diferentes contextos.

Diante das condições estabelecidas para o sucesso da implementação do ensino e aprendizagem da alfabetização, até mesmo a reinvenção da alfabetização tem sido questionada. Entendemos que tal mudança significa ensinar sistematicamente as regras arbitrárias de linguagem, escrita, interpretação e interação de textos reais, parceiros culturalmente reconhecidos em oposição aos textos artificiais das antigas introduções alfabéticas que os originam a base para discutir o método alfabético ideal. O debate começou como vimos no século passado e acreditamos que a troca de ideias sobre qual dos métodos se destacou ainda não levou a uma resposta objetiva para os alfabetizadores.

Outro problema de alfabetização que nos preocupa, apesar da importante contribuição das teorias sociolinguísticas, é o viés linguístico, que atinge principalmente os alunos pobres e afeta os processos educacionais e, principalmente, dificulta a avaliação escolar. O problema do preconceito linguístico torna-se ainda mais complicado porque a teoria da diferença linguística tem mostrado que a escola é tanto um agente do preconceito quanto uma solução para superá-lo. Magda Soares mostrou-nos que a desvalorização da língua de pessoas que vivem à margem socioeconômica resulta de determinantes da literacia que vão para além das questões educativas e se estendem a diferentes âmbitos da sociedade. Acredito que nós, professores, já demos uma contribuição mínima para a superação dos preconceitos linguísticos, distorcendo nossas decisões na hora de avaliar os alunos. Como guia, partimos da tendência de avaliar todo o percurso realizado pela criança, e não apenas as respostas às provas. Acreditamos também que a cidadania e a alfabetização estão ligadas como direitos fundamentais, mais do que uma evolução em detrimento de outra.

De acordo com Soares (2017), alfabetizar letrando é ação que deve ser iniciada já na educação infantil, assim como o desenvolvimento da consciência fonológica. Todas essas práticas são perceptíveis em nosso esforço diário em sala de aula, apesar da dificuldade que ainda temos de conceituar alfabetização, letramento, consciência fonológica, etc.; resultado das lacunas das nossas formações inicial e continuada na área da educação. Sabemos agora que alfabetização e letramento são processos que guardam suas especificidades e que se complementam para que a leitura e a escrita sejam aprendidas de forma integral e eficiente, e que, principalmente, devemos encarar com preocupação, os alunos que já na educação infantil apresentam dificuldades em acompanhar a introdução do processo de alfabetização, e que, mais empenho ainda, precisamos nos impor quando os alunos do segundo ano do ensino fundamental apresentam nível de escrita, leitura e interpretação de textos limitados.

2.3 ENSINO DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Uma das maiores preocupações dos professores nos últimos anos é desde então, como ensinar alunos com deficiência em salas de aula regulares requer uma reformulação das práticas pedagógicas tradicionais. Uma nova forma de pensar a educação dessas pessoas afeta a formação de todos os profissionais que atuam na área da educação. A educação inclusiva pode provocar principalmente dois tipos de reações por parte dos professores: a primeira é a rejeição desses alunos da sala de aula, e essa rejeição pode ser direta ou oculta. A segunda, e talvez a mais difícil, seria aceitar e buscar as melhores práticas. O professor é uma figura indispensável no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com as Diretrizes para a formação de professores da educação básica o papel do professor é educar para o exercício da cidadania, onde o professor precisa assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos (BRASIL, 2000)

A inclusão social consiste em ferramentas e atividades destinadas a combater a exclusão de parte da população nos campos da educação, saúde etc., por meio de políticas públicas que visam formalizar e facilitar o acesso às crianças com alguma deficiência abrangente no ensino público. As políticas de inclusão relacionadas à educação do público-alvo da educação especial (PAEE) não são um tema novo. Na discussão atual, verifica-se que esse tema não é considerado abordado, ao menos

segundo as intenções, excluído, marginalizado. Ao contrário, as reflexões estão alinhadas com a possibilidade objetiva e real de educação do PAEE em ambiente regular com pares, principalmente porque a inclusão escolar é considerada um imperativo moral pela sociedade.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996), assim como no Plano Nacional de Educação (PNE) / 01, é previsto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001 – Brasil, 2001), com destaque os artigos 3º, 8º e 12, enfatizam que os alunos com necessidades educacionais especiais deveriam ser educados preferencialmente nas classes comuns das escolas regulares.

Neste contexto, deve estar previsto nas políticas formação de professores municipais, estaduais e federais especialistas em educação especial que agiriam de acordo com professores de turmas comuns. Com isto, a maioria das vezes não corresponde à realidade das escolas e sem troca efetiva professores (se fizerem parte um grupo de especialistas escolares), os professores recebem anualmente alunos com diferentes deficiências. A deterioração da prática pedagógica de professores que não conseguem encontrar intercâmbios eficazes e instalações de treinamento a verdadeira política inclusiva está se tornando cada vez mais distante e utópica nas escolas públicas de todo o país.

A educação especial mudou ao longo dos anos e também aconteceu de forma não linear, distinguem-se essencialmente três fases na sua história, começando pela fase em que o público é excluído de toda a educação, passando pela fase de segregação escolar em que esse público passou a participar instituições de ensino com fins pedagógicos, ou não, mas em sistema paralelo ao ensino geral e por fim chegar à última etapa da inclusão escolar, que é a educação desse público-alvo com outros alunos do mesmo sistema educacional. Nessas duas últimas etapas, quando começa a aparecer o princípio do direito à educação da população, surge o problema de planejar a educação dos alunos que não frequentaram a escola.

Para Freire (1996) o professor tem o dever de despertar no aluno a capacidade crítica, independentemente dos desafios que enfrenta em sua jornada de trabalho, pois educar não se limita apenas em passar conteúdo, mas em despertar a curiosidade e ensinar a pensar. Neste sentido, é indispensável que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com as situações

diversificadas no ensino, como as condições sensoriais, cognitivas ou físicas de cada aluno. De uma forma geral, é fundamental educar com e para a heterogeneidade, onde cada professor considera cada aluno como único, que seu aluno, independentemente das necessidades especiais que apresente, possui um conjunto de características que o torna indivíduo, pertencente à mesma espécie, porém distinto dos demais.

Na fase da segregação, “o planejamento era centrado na instituição e tinha como objetivo específico alterar ou amenizar o déficit causado pela deficiência do estudante.” (AMANDO E MCBRIDE, 2001). Nesse sentido, os programas e serviços incluíam segregação, os alunos eram agrupados de acordo com a deficiência e seus planos eram semelhantes ou padronizados para todos na mesma instituição. A inclusão escolar deve ser uma prática sustentável a longo prazo, na qual escola deve ter políticas e práticas que incentivem a inclusão e a equidade em todos os aspectos do ensino e aprendizado. No entanto, é importante que a escola mantenha uma comunicação eficaz com os pais do aluno e outros profissionais envolvidos em seu atendimento educacional. A colaboração entre todos os envolvidos é essencial para garantir o sucesso da inclusão escolar.

No Brasil, constata-se a existência de dispositivos em algumas leis estaduais e municipais, particularmente do começo dos anos 2000, garantindo o plano educacional que assume nomenclaturas diversas, tais como: plano de desenvolvimento individualizado — PDI — e plano de atendimento individualizado — PAI. Em 2009, é mencionada, na Resolução n. 4, a necessidade de os sistemas assegurarem o plano de atendimento educacional especializado — plano de atendimento educacional especializado (AEE), sendo essa responsabilidade atribuída ao professor do AEE, qual seja:

Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. (Brasil, 2009, p. 3) A Resolução n. 61, de 2014, do estado de São Paulo, por exemplo, estabelece que:

Artigo 9º - O professor especializado, que atue em Sala de Recursos, Itinerância ou classe regida pelo professor especializado - CRPE, responsabilizar-se-á por: V - elaborar e desenvolver o Plano de Atendimento Individualizado; (São Paulo, 2014). O trabalho em conjunto com outros profissionais da escola, pais e alunos para criar um plano individualizado de ensino que atenda às necessidades específicas de cada aluno. Eles também podem fornecer instruções

em pequenos grupos ou convidados para ajudar os alunos a alcançar seus objetivos educacionais.

“A Lei de Educação LDB nº 9.39 /96 (Brasil, 1996, 2013), reformulada em 2013, introduz um dispositivo que garante o certificado escolar, denominado forma específica, que visa comprovar o nível educacional da escola.” No entanto, se a formação desses alunos não for devidamente avaliada e planejada, além de cobrir a reprovação um certificado especial, pode excluir alunos que não chegam ao ensino médio. Em tese, tal dispositivo poderia ser utilizado futuramente para abreviar a jornada escolar dos alunos do PAEE, mesmo que a formação oferecida a eles seja questionável.

Para que o planejamento seja realmente eficaz, é necessário que ele seja participativo, ou seja, que os indivíduos e grupos que serão beneficiados pelas políticas sejam ouvidos e incluídos no processo de elaboração. Dessa forma, as políticas não serão impostas de cima para baixo, mas sim construídas coletivamente, levando em consideração as especificidades e particularidades de cada grupo social.

Além disso, o planejamento deve ser integrado e articulado entre as diferentes áreas do governo, para que as ações sejam complementares e sinérgicas, evitando sobreposições e lacunas na implementação das políticas. Por fim, é preciso que o planejamento seja acompanhado de mecanismos de avaliação e monitoramento, para que sejam identificadas as falhas e ajustes necessários ao longo do processo, garantindo que as políticas realmente alcancem seus objetivos de inclusão social.

Assim, o ensino de planejamento como ferramenta para inclusão social é fundamental para que sejam formados profissionais capazes de elaborar e implementar políticas públicas efetivas e inclusivas, promovendo a justiça social e a equidade em nossa sociedade.

2.4. CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO E SUA RELEVÂNCIA PARA AS PRÁTICAS DOCENTES

A ideia de planejamento da educação do aluno com a própria nasceu própria educação ocidental. Em passagens do século V a.c Platão, é possível confirmar que a educação começou elitista, isolada e individual desde o início, pois apenas os filhos homens da classe dominante podiam estudar, e o percurso educacional começou antes de tudo com o crescimento dos pais, cujo objetivo é ensinar valores

e comportamentos, para tentar fazer de uma pessoa o melhor que ela pode ser. (MANACORDA 1989)

De acordo com o autor Kuenzer (2003), no começo da história da sociedade, o planejamento era utilizado sem que as pessoas percebessem sua importância, mas com o desenvolvimento da vida humana, principalmente nos setores industrial e comercial, foi necessário adaptá-lo em diversos setores. Também foi amplamente utilizado nas escolas; A princípio, o planejamento era uma forma de controlar a atividade dos professores para não interferir nos assuntos políticos da época. Hoje, o planejamento não tem mais função reguladora nas escolas, mas é uma ferramenta muito importante para organizar e apoiar o trabalho do professor.

O planejamento é necessário para organizar e esclarecer a prática docente para que as atividades em sala de aula sejam previsíveis não só para os professores, mas também para todos os profissionais da escola. É responsabilidade de todos planejar as contingências porque nem sempre elas acontecem conforme o esperado ou produzem os resultados desejados. A proposta promove não apenas o aprendizado de conteúdo, mas também os métodos que possibilitam a aplicação do conhecimento. (GASPARIN, 2005)

O plano é uma ferramenta fundamental para a inclusão social, pois permite que sejam identificadas as necessidades e demandas da população, possibilitando a adoção de políticas públicas objetivas e efetivas para atender a essas necessidades. Para alcançar resultados positivos no ensino e na aprendizagem dos alunos, toda a comunidade escolar deve estar integrada. Um importante aliado dessa integração é o planejamento, pois por meio dele podemos prever as atividades pedagógicas que ocorrem nas questões sociais, econômicas, políticas e culturais que afetam toda a escola, e por meio dessa integração podemos alcançar resultados positivos no campo da educação. Para que o planejamento do professor realize as atividades de ensino necessárias e promova o aprendizado do aluno, é importante considerar alguns elementos importantes. O professor deve ser coerente na organização das atividades de acordo com a faixa etária e ter sempre um objetivo, uma aspiração a alcançar por meio dessa atividade. (LIBÂNEO, 1994)

Ferreira (1985, p. 68) escreveu que "(...) Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa". A educação baseada em projetos de aprendizagem, que sugere uma metodologia voltada aos interesses dos alunos, onde educador e educando são aprendizes, permite um enriquecimento na didática de mediação do saber, a partir da

contextualização das particularidades dos educandos, seus conhecimentos prévios e, conseqüentemente, o planejamento e a oferta de um ambiente motivador, onde a aplicabilidade das teorias pode ser testada, reconstruindo conhecimentos e tornando-os significativos.

Os professores tiveram que planejar mudanças durante a aula, como dificuldades de compreensão ou tarefas demorando mais do que o esperado. Ao realizar tarefas ao ar livre ou a pé, esteja ciente de que o clima e o tempo podem não ser compatíveis, o que pode atrasar a conclusão da tarefa. Pensando nisso, o professor deve planejar com a consciência de que planejar não é a solução para todos os problemas da sala de aula, pois cada sala de aula traz consigo uma realidade diferente, com problemas e soluções diferentes. No entanto, o fato de haver mudanças na aula nem sempre a flexibiliza, pois leva à perda de credibilidade tanto dos alunos quanto da escola.

Segundo Ribeiro (2013), os planos devem primeiro incluir a curiosidade e a criatividade das crianças e brincar como uma expressão legítima da cultura infantil. E além da dimensão lúdica mencionada acima, principalmente se considerarmos que ler, conversar, ler histórias com e com as crianças acelera suas habilidades de leitura e escrita, pois as contata diretamente com a linguagem escrita para além das imagens abrindo um diálogo com ética, estética e poética, com a imaginação humana e dimensão simbólica.

De acordo com Ferreiro (1999), o teste de sondagem na qual é um recurso que os professores utilizam para informar as hipóteses de escrita dos alunos durante a alfabetização. O teste consiste na criação espontânea de uma lista de palavras de acordo com determinados critérios, podendo ou não ser seguida da criação de uma frase escrita. Os critérios são: o grupo de palavras precisa fazer parte de um mesmo grupo semântico para tornar o processo mais significativo; composto por 4 palavras e uma frase que envolva uma das palavras; as palavras devem ser de 4 sílabas, três sílabas, duas e uma sílabas, organizadas em ordem decrescente de sílabas. Ao aplicar o teste, o mediador deve pedir que a criança escreva de forma livre a palavra, sem interferir em sua escrita e logo de imediato deve solicitar que a criança leia a palavra apontando com o dedo. O mediador deve anotar em papel separado suas observações, inclusive deve descrever o modo de leitura de cada palavra, marcando os pedaços apontados para cada sílaba ou se leu sem definir os pedaços da escrita.

Segundo Piaget (1980), no entanto, na alfabetização inicial nem sempre esses padrões são utilizados, sabemos que os professores não ensinam como aprendem como alunos e não aceitam os erros cometidos pelos alunos. Os professores devem planejar sabendo que o planejamento não resolverá todos os problemas da sala de aula, pois cada aula traz sua própria realidade com diferentes problemas e soluções. No entanto, alterar o currículo de uma turma nem sempre a torna mais flexível, pois custa caro ao aluno e à credibilidade da escola. Portanto, os professores sempre precisam de uma explicação lógica para justificar uma mudança.

De acordo com Libâneo (1994), as modalidades de planejamento são estruturadas entre si: o plano da escola, o plano de curso e o plano de aula: O plano da escola é um documento interliga as orientações gerais que sintetizam as relações da escola com o sistema escolar mais moderno, o projeto político pedagógico com os planos de ensino. O plano de aula é o desenvolvimento para a metodologia das aulas ou conjunto todo, e na qual criado pelo professor que definira o seu tema, avaliação e possíveis referencias bibliográfica.

Segundo Libâneo (1994), a estrutura da aula é buscar diferentes formas de preparar as atividades, que seja dinâmica, criativa, utilizando métodos e recursos existentes, sempre sugestões que façam o professor pensar e buscar novas informações. Desenvolver de acordo com projetos escolares e planos de aula, acrescentando toques finais a jogos, música, teatro, passeios, fantoches, para que as crianças aprendam com o lúdico e brincando de acordo com as necessidades e realidades de sua turma.

O planejamento escolar é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. O planejamento é uma atividade de reflexão acerca de nossas opções e ações, caso contrário ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade. Segundo Libâneo (2001, p. 221):

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

O planejamento escolar é extremamente necessário e importante, pois fornece a base e as diretrizes para a elaboração de planos de estudo e aulas. Ao

planejar o ensino, uma previsão bem elaborada da tarefa na aula melhora significativamente o aprendizado dos alunos e a prática pedagógica do professor.

Planejamento é de extrema importância na alfabetização, pois permite ao educador organizar de forma coerente e consistente as atividades a serem desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem. Dessa maneira, é possível garantir a progressão do ensino, a avaliação dos resultados alcançados e a adaptação da metodologia utilizada de acordo com as necessidades dos alunos. Além disso, o planejamento permite que o educador acompanhe o desenvolvimento individual de cada aluno, identificando dificuldades e criando estratégias para superá-las. Isso garante um processo de alfabetização mais efetivo, que promove a inserção do aluno na sociedade letrada. (Libâneo, 1994, p.22)

Segundo Freire (1989), acreditava que a educação não é neutra, mas sim uma prática política e ideológica que pode ser usada para transformar a sociedade. Ele defendia uma educação que não apenas ensina habilidades técnicas, mas que também desperta a consciência crítica dos estudantes e os ajuda a entender as relações de poder que existem na sociedade. “Para colher bons resultados na alfabetização, penso que é necessário ensinar as relações letradas de formas sistemáticas, mas não com rigidez, evitando que o ensino fique excessivo centrado na decodificação”. (CARVALHO, 2010, p. 45). A autora ressalta que métodos inadequados ou mal utilizados tendem a influenciar no fracasso escolar.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p. 09).

O planejamento escolar é um processo que visa orientar a prática educativa, estabelecendo metas e objetivos, definindo estratégias e ações para alcançá-los e avaliando periodicamente os resultados obtidos. É um exercício de reflexão e planejamento sobre a escola, os alunos, os professores, os conteúdos, as metodologias e a realidade da comunidade escolar. O planejamento escolar deve ser participativo, envolvendo professores, gestores, alunos, pais e comunidade escolar. É importante que cada um desses atores tenha voz ativa na definição de prioridades, na elaboração de propostas e na tomada de decisões. (Libâneo, 1994)

Algumas etapas básicas para a elaboração do planejamento escolar incluem:
Diagnóstico da realidade educacional: É preciso conhecer a realidade da escola, avaliando seus pontos fortes, suas fragilidades, oportunidades e ameaças. Isso pode

ser feito por meio de análises estatísticas, pesquisas, entrevistas e reuniões com os diversos atores envolvidos. Definição de metas e objetivos, com base no diagnóstico, é preciso estabelecer as metas e objetivos que se deseja alcançar, levando em conta as necessidades e expectativas da comunidade escolar. Na qual, a escolha de estratégias e ações, a partir das metas estabelecidas, é preciso definir as estratégias e ações que serão implementadas para alcançá-las. (Libâneo,1994)

Estabelecer um cronograma para a implementação das ações previstas no planejamento. Na qual, o cronograma deve levar em conta as atividades curriculares, os feriados, as férias escolares e outros eventos relevantes. Com isso a avaliação é vital para o planejamento escolar a avaliação dos seus resultados, possibilitando melhorias contínuas em sua elaboração. É importante que se compare o que era esperado com o que foi alcançado, identificando o que funcionou bem e o que precisa ser aprimorado. (Libâneo,1994)

3 METODOLOGIA

3.1 PESQUISA QUALITATIVA

A metodologia deste trabalho é caracterizada como qualitativa, de cunho descritivo, explicativo e exploratório. Foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de um questionário, desenvolvida no Google Docs, enviado aos professores das séries iniciais das escolas estaduais do município de São Luiz Gonzaga.

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o planejamento nos processos de alfabetização e letramento nas três primeiras séries dos anos iniciais. O planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essa pesquisa envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63).

A realização da revisão bibliográfica é fundamental para acessar, uma ampla gama de informações, de modo mais rápido e seguro. Pois seria impossível, por exemplo, visitar e percorrer todos os locais onde determinada informação poderia estar então assim analisa-se os dados bibliográficos já pesquisados por outras

fontes, tornando assim o trabalho mais correto e com menos chances de dados inconclusivos ou errados (GIL, 2010).

O estudo contou com a participação de 11 escolas públicas de São Luiz Gonzaga selecionados apenas os questionários dos professores que atuam do 1° ao 3° ano. No entanto, no recorte realizado, visando atingir o objetivo do presente trabalho. Sendo assim, foram analisadas as opiniões e respostas de onze professores.

A análise dos dados pode ser utilizada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Assim, a análise do conteúdo pode ser definida como: um conjunto de técnicas que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção (BARDIN, 2006).

Para garantir o sigilo da identidade, os professores entrevistados foram nominados pela letra P, acompanhados pelo número que identifica individualmente cada um (P1, P2, P3, ...). Os dados coletados foram tabulados, analisados e discutidos com apoio nos referenciais teóricos.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Analisando-se os dados coletados é possível afirmar que todos os professores participantes da pesquisa trabalham com a etapa da alfabetização em sala de aula. Nesta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa e sua discussão. Do questionário enviado no total de 11 escolas (estadual e municipal), no total foram respondidos 11 professores, tendo assim, a participação de 33,33...% do público-alvo. Os professores geralmente têm uma carga de trabalho pesada, incluindo preparar aulas, corrigir trabalhos e participar de reuniões. Eles podem preferir focar no ensino e nas demandas do dia a dia em vez de se envolver em outros tipos de atividades propostas. Nenhum questionário foi invalidado pela falta de preenchimento, pois as questões não eram obrigatórias. Houve uma baixa adesão, o que pode ter sido influenciado pela grande demanda de trabalho ou pela falta de entendimento sobre a importância do planejamento escolar, fatores observados no momento do contato inicial com as escolas.

Quadro 1 – Relação das Escolas Estaduais e municipais de São Luiz Gonzaga participantes da pesquisa

Nome da escola
EEEM Rui Barbosa
EEEM Gustavo L. Polivalente
INST Est Educ Professor O. Poppe
EEEM São Luiz
EEEF Professora A. G. de Paula
EMEF Francisca Lencina
EMEF Sagrado Coração de Jesus
EMEF Centenário
EMEF Boa Esperança
EMEF José Bonifácio

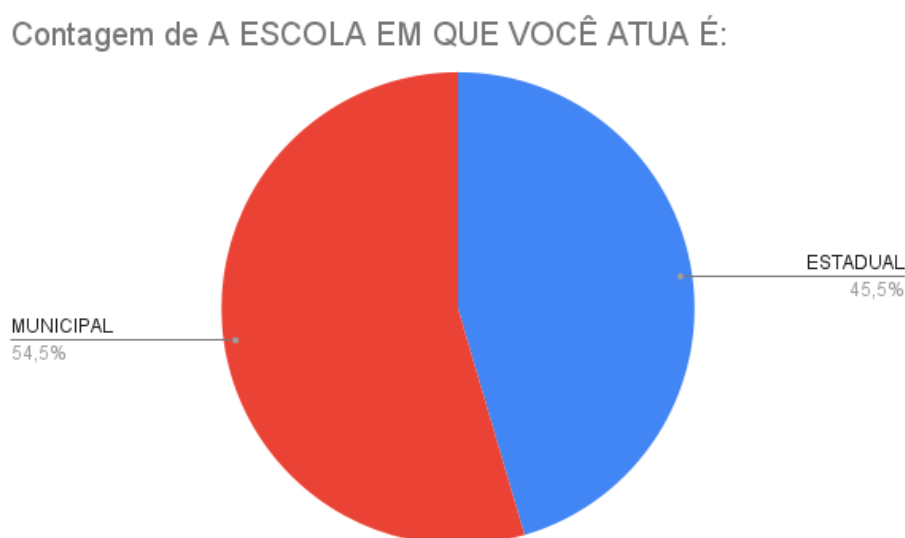
A escola é um estabelecimento de ensino que tem como função principal proporcionar a educação formal, por meio de disciplinas, atividades pedagógicas, projetos e programas educacionais que visam ao desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos. É um local onde estudantes de diferentes idades e com diferentes níveis de conhecimento se encontram para aprender, compartilhar experiências e se desenvolver. Além disso, a escola é responsável por promover a inclusão social, o convívio em sociedade, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. (FREIRE, 2000)

Ferreiro (1985) também defende que o processo de aprendizagem está intimamente ligado ao desenvolvimento cognitivo, ou seja, à forma como o sujeito construiu e organiza seu conhecimento a partir das informações que recebe. Para ela, o aprendizado não é uma mera reprodução de informações, mas sim uma construção ativa e criativa do conhecimento. Na qual, é a necessidade de levar em conta as diferenças individuais dos alunos no processo de aprendizagem. Ela afirma que não há uma única forma correta de aprendizado, mas sim diversas formas de conhecimento, que podem ser construídas de maneiras diferentes. Na qual, é baseado na ideia de que as crianças constroem seu conhecimento a partir de suas próprias interações com o mundo ao seu redor. Ela defende que as crianças são ativas na construção do seu aprendizado e que o papel do educador é facilitar essa construção. No entanto, a importância da avaliação contínua no processo de

aprendizagem, não apenas para verificar o desempenho dos alunos, mas também para identificar suas dificuldades e potencialidades e, assim, orientar o processo de ensino de forma mais eficiente e produtivo.

De acordo com Ferreiro (1985, p. 14): Fundamentalmente a aprendizagem é considerada, pela visão tradicional, como técnica. A criança aprende a técnica de cópia, do decifrado. Aprende a sonorizar um texto e a copiar formas. A minha contribuição foi encontrar uma explicação, segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisam ser compreendidos.

Figura 1 – Contagem de: a escola em que você atua é:



Fonte: Autores (2023)

Todas as professoras responderam que trabalham na zona urbana tanto 45,5% e escolas municipais e 54,6 % estaduais, na qual, escolas estão localizadas em áreas urbanas, em bairros, onde há grande concentração de população e atividades comerciais. De acordo com Freire (2000), o objetivo principal da escola é fornecer um ambiente de aprendizado seguro e eficaz para que os alunos possam desenvolver habilidades fundamentais, sociais e emocionais. Na qual o papel importante no desenvolvimento social e pessoal dos alunos, incentivando a cooperação, o respeito, a empatia e a responsabilidade. As escolas também têm o objetivo de preparar os alunos para a vida adulta, ensinando-lhes as habilidades necessárias para ingressar na universidade ou no mercado de trabalho.

Figura 2 - A escola em que você atua é:



Fonte: Autores (2023)

A figura acima relata que dentro da pesquisa as escolas ficam na área urbana, além disso, as escolas urbanas costumam contar com uma infraestrutura mais ampla e recursos adicionais, devido à disponibilidade de serviços e comodidades encontrados nas áreas urbanas. Isso inclui bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, espaços culturais, entre outros.

No gráfico 3, abaixo, todas as professoras responderam o número de alunos em que trabalham, durante os turnos manhã, tarde e noite (com a EJA, turma T1 e T2). Na qual a maioria tem grandes números de alunos chegando a ter um percentual muito alto.

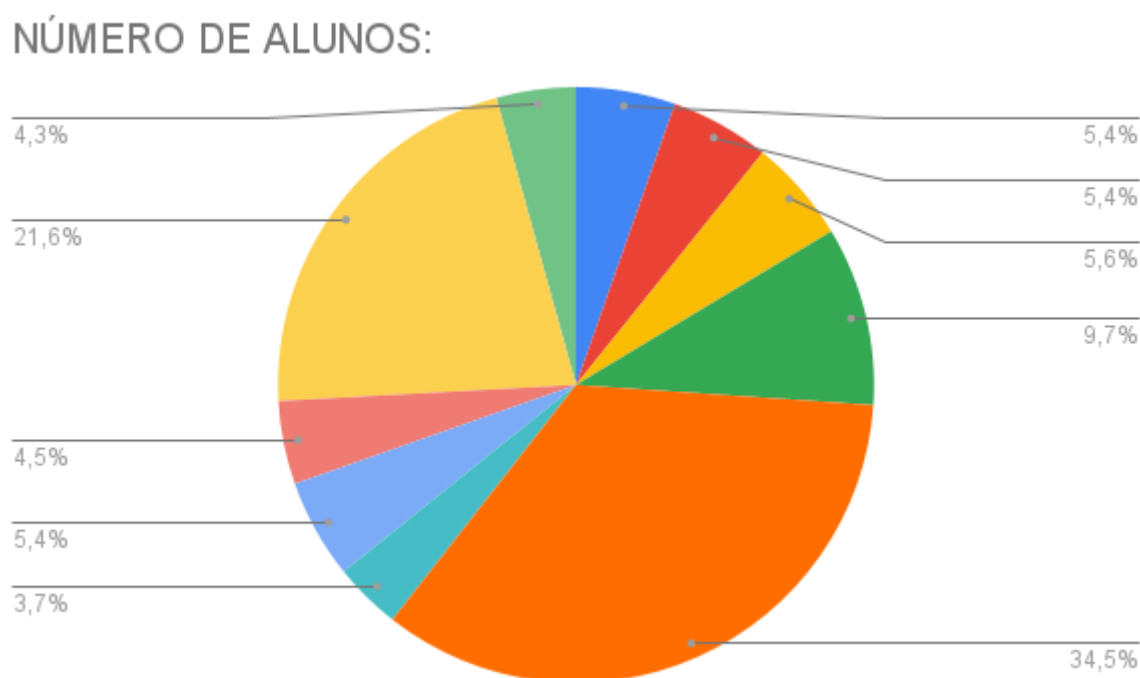
A legislação da alfabetização no Brasil começa com a Constituição de 1988 garantindo o acesso à educação, em seguida vem a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. Segundo MEC - Orientações para o Ensino de Nove Anos (2009, p. 5):

Por meio desses documentos, são anunciados esforços empreendidos pelas políticas educacionais de governo na busca de soluções para os problemas da educação brasileira, sobretudo nos primeiros anos de escolarização marcados por altos índices de evasão e repetência.

Alunos nas escolas são estudantes matriculados em instituições de ensino, em fase de aprendizagem e formação, que frequentam as aulas, realizam atividades

escolares, participam de atividades extracurriculares e interagem com professores, colegas e demais membros da comunidade escolar. A presença dos alunos nas escolas é essencial para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais, contribuindo para sua formação pessoal e profissional. A porcentagem de alunos que os professores têm dentro da sala de aula.

Figura 3 – Número de alunos



Fonte: Autores (2023)

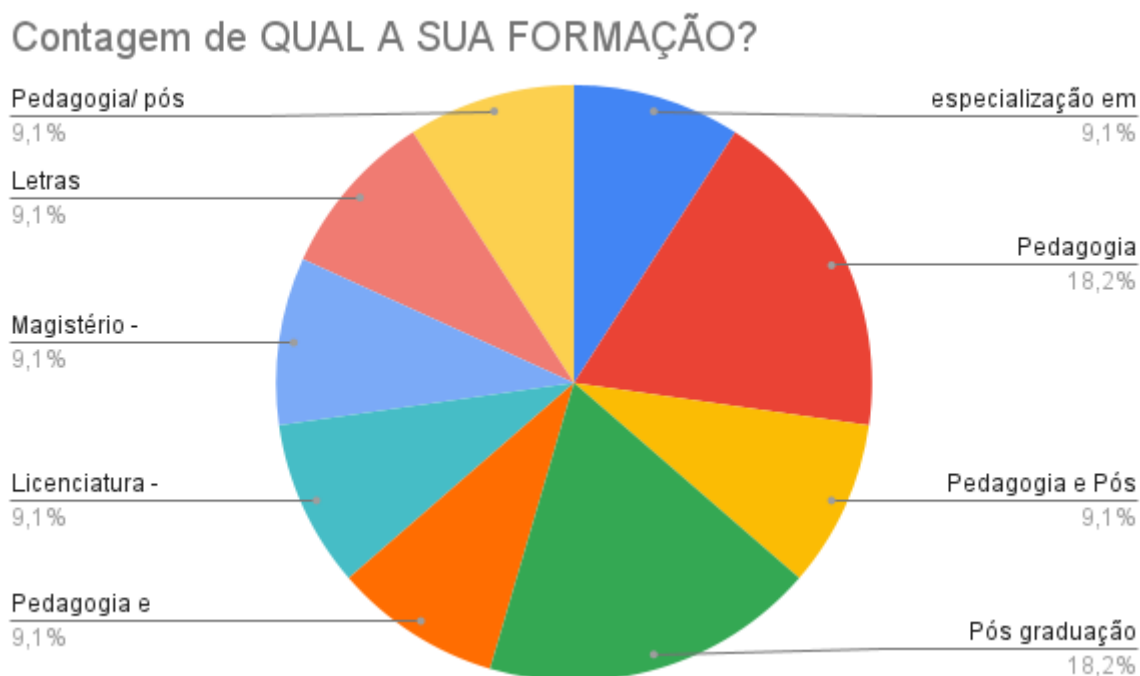
A figura 4 relata a atualização dos conhecimentos, com isso, a formação continuada permite aos professores atualizarem-se sobre as últimas pesquisas, teorias e práticas educacionais. O campo da educação está em constante evolução, e os professores precisam estar atualizados para oferecer uma educação de qualidade aos alunos

No gráfico abaixo, obtive a resposta de todas as professoras, com isso formação de professores da rede pública é essencial para garantir a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. Os professores são os principais agentes de transformação do sistema educacional e, portanto, devem estar bem preparados para lidar com os desafios do ensino em nossa sociedade. Para que isso seja possível, é necessário que haja investimentos em programas de formação

continuada, incentivos para que os professores realizem cursos de pós-graduação e especialização, além de um ambiente propício para o desenvolvimento profissional.

A formação de professores deve incluir tanto a teoria quanto a prática, permitindo que os professores compreendam as necessidades e desafios reais da sala de aula, além de serem capacitados em relação às tendências e metodologias educacionais mais eficazes. Também é importante que a formação de professores esteja alinhada com as exigências e demandas locais, de modo a atender às necessidades específicas de cada região e comunidade. Por fim, é fundamental que a formação de professores seja vista como uma política pública prioritária, e que haja um diálogo constante entre os professores, gestores educacionais e demais atores envolvidos na área da educação, de modo a garantir que a formação seja sempre relevante, atual e eficaz. (FREIRE,2001). No gráfico 4 é possível conhecer a formação dos sujeitos desta pesquisa.

Figura 4 – Qual a sua formação?



Fonte: Autores (2023)

Segundo Libâneo, Planejamento Escolar “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (1992, p. 221) O planejamento escolar, portanto, como o seu próprio nome evidência, é o planejamento global da instituição escolar,

que envolve o processo de refletir e decidir sobre a estrutura, a organização, o funcionamento e as propostas pedagógicas desta.

O processo de racionalização escolar é uma tentativa de melhorar o desempenho acadêmico e o funcionamento administrativo das escolas. Envolve a aplicação de métodos científicos e teorias gerenciais para otimizar recursos e garantir a eficiência. Os objetivos da racionalização escolar incluem a melhoria do ensino, a redução de custos, o aumento da produtividade e a padronização dos processos. Para alcançar esses objetivos, a escola deve: Todos os professores que participaram da pesquisa avaliaram como boa a forma como a está sendo trabalhada em sua escola, e ao serem perguntados sobre como trabalham. Na qual, estabelecer objetivos claros e alcançáveis para cada disciplina, desenvolver planos de ensino que incluam aulas teóricas e práticas, monitorar o progresso dos alunos e identificar e aplicar medidas de apoio a alunos que enfrentem dificuldades de aprendizagem.

Pelas respostas elencadas e apresentadas pode-se inferir que a maioria dos professores entrevistados compreende o conceito e está ciente de sua importância no contexto escolar, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 que sempre desenvolve a prática em sala de aula, sendo que apenas P8, P9, P10 E P11 não respondeu.

Você, professor (a), já se questionou a respeito da prática que desenvolve em sala?

P1: "Sim".

P2: "Sim, muitas vezes".

P3: "Várias vezes".

P4: "Sempre. A reflexão sobre as práticas utilizadas em sala de aula é rotineira. Pois, sempre que pensamos em aprimorar nosso trabalho, é necessário pensar sobre as metodologias que ainda são significativas e sobre as que já não são mais."

P5: "Sempre".

P6: "Sempre".

P7: "Sim".

P8: "Muitas vezes"

P9: Não respondeu.

P10: Não respondeu.

P11: Não respondeu.

A próxima pergunta ressalta o planejamento pedagógico como um conjunto de ações que visam nortear a prática pedagógica, na qual P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10 e P11 que todas procuram alcançar todo o planejamento, com isso ficou evidente que muitas das vezes possa ocorrer ajustes no final do dia, decorrente ao plano escolar. Para que, a ação do professor e a aprendizagem do aluno. Esse processo envolve a elaboração de objetivos e metas, seleção de conteúdo, desenvolvimento de estratégias de ensino, avaliação do aprendizado e planejamento de recursos e materiais didáticos. Para elaborar um planejamento pedagógico eficiente, é preciso começar definindo o perfil dos alunos e suas necessidades educacionais, assim como os objetivos de aprendizagem que serão alcançados ao longo do curso. A partir disso, o professor poderá selecionar os conteúdos e metodologias mais adequados para atender aos objetivos propostos. (LIBÂNEO, 1994)

Quando perguntados até que ponto seu planejamento pedagógico, suas ações em sala alcançam todos os alunos, respeitando os diferentes ritmos de todos responderam que sim, justificando que:

P1: “Procuro alcançar todos, mas percebo que muitas vezes o planejado não atinge todos”.

P2: “Sempre estou pensando em ações que favoreçam todos os alunos”.

P3: “Tenho quase sempre as turmas ao final do ano com 100% dos alunos alfabetizados”.

P4: “A grande maioria dos alunos tem uma resposta muito positiva ao planejamento e metodologias utilizadas. Geralmente os alunos que não têm o avanço esperado com as mesmas ações, são crianças que não estão com a alfabetização consolidada, e para estes utilizamos outras estratégias.”.

P5: “Conseguo conseguir quase 100%”.

P6: “A maioria”

P7: “Minhas aulas são sempre pensadas em cada um dos meus alunos, muitas atividades quando não se encaixam para alguns, procuro adequá-las as suas necessidades para facilitar sua aprendizagem e sanar suas dificuldades acompanhando-os mais de perto. ”

P8: “Procuro trabalhar o mesmo tema com atividades diferenciadas que atinjam os diferentes níveis. ”

P9: “Atendo uma turma multisseriada (T1T2), ou seja, uma turma com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, mas esse ano de 2023 está sendo um ano atípico, pois normalmente tinha em anos anteriores no máximo 10 alunos e esse ano tenho 21 alunos e desses, 7 vieram da APAE. Tento alcançar a todos os alunos através das atividades desenvolvidas, porém está sendo bastante difícil, pois eles dependem muito do auxílio

individual e devido ao número de alunos e diferentes níveis, percebo que eles não estão conseguindo evoluir como deveriam, não por falta de esforço da minha parte. Já foi solicitado para a direção da escola uma monitora para auxiliar ou a divisão da turma para que realmente consiga ser feito um trabalho de qualidade, onde o aluno consiga evoluir na aprendizagem como o esperado por mim. ”

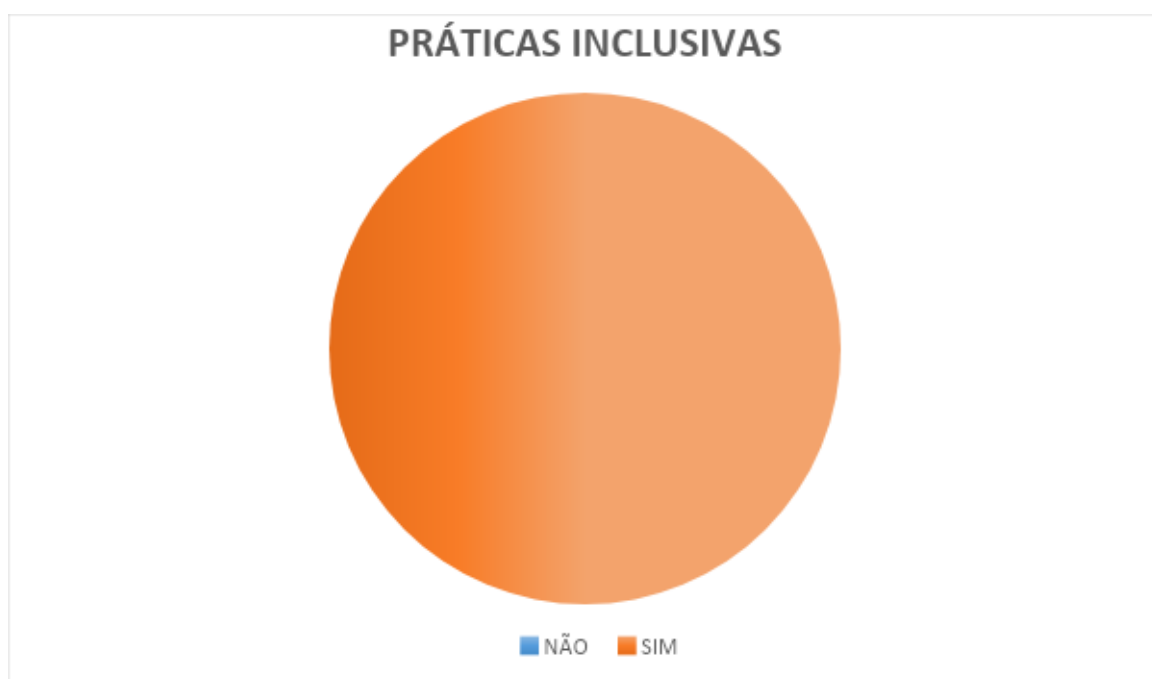
P10: Geralmente faço uma avaliação diagnóstico e diante do resultado preparo minhas aulas se preciso for diante da necessidade do aluno organizo aulas diferentes dentro da mesma turma.

P11: Faço com que todos participem, mas tenho dificuldade com os alunos que não estão alfabetizados como os colegas.

A alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação, no entanto, a criança ao ingressar na escola já dispõe de uma bagagem de conhecimentos adquiridos no meio em que está inserida. De acordo com Ferreiro (2011, p. 63), “Estamos tão acostumados a considerar a aprendizagem da leitura e escrita como um processo de aprendizagem escolar que se torna difícil reconhecermos que o desenvolvimento da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização”.

De acordo com Ferreiro (2006), o conceito atual de alfabetização: é poder transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. [...]. *Não é uma tarefa para se cumprir em um ano, mas ao longo da escolaridade.*

Figura 5 - Práticas inclusivas



Fonte: Autores (2023)

No gráfico 5, acima, esta categoria atingiu em partes o nível percentual de 100% para a prática docente inclusiva. Na qual, é um processo educacional que tem como objetivo garantir a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades e origem cultural. A inclusão é um conceito que visa a integração de todas as crianças em um ambiente escolar, onde é possível aprender e desenvolver suas habilidades sem discriminação ou exclusão. Por tanto, a prática docente inclusiva é essencial para garantir o desenvolvimento das habilidades e o direito à educação de todas as crianças, independentemente de suas necessidades. É importante que os professores estejam preparados e dispostos a incluir todos os alunos em sala de aula, assumindo a responsabilidade de criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e respeitoso.

O professor alfabetizador necessita entender métodos de alfabetização, no entanto precisa também tomar decisões que tornem as aulas mais dinâmicas e o que o ambiente de alfabetização e letramento seja organizado. “A abordagem de alfabetização centrada nos métodos de ensino e na prontidão para a aprendizagem reduz sua abrangência conceitual enquanto objeto de conhecimento e a visão acerca do sujeito que aprende” (IBIDEM, p. 63). Com isso, o professor alfabetizador é aquele que tem o papel de ensinar seus alunos a ler e escrever. Ele geralmente trabalha diretamente com crianças em idade escolar, mas também pode atuar com adultos que não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever. O professor alfabetizador é responsável por criar atividades que estimulem a compreensão e a produção de textos, além de promover o desenvolvimento da habilidade de leitura dos alunos. Ele trabalha com diferentes metodologias e recursos educacionais para que seus alunos tenham uma aprendizagem significativa e de qualidade.

As respostas elencadas mostram que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, procuram desenvolver práticas que justifiquem as dificuldades e oportunizar saberes para todos os alunos. P11 não respondeu à pergunta abaixo, com isso, os professores justificaram a sua resposta anterior, com as suas ideologias dentro de sala de aula.

P1: “Procuro incluir os alunos conforme suas dificuldades, proporcionando atividades diferenciadas, mas que não fujam do tema trabalhado.”

P2: “Prática inclusiva é oportunizar a todos, que tenham acesso aos saberes respeitando o seu tempo, o seu ritmo e as suas dificuldades.”

P3: “Penso em atividades que todos tenham condições de desenvolver, respeitando o nível de cada criança.”

P4: “Cada aluno é acompanhado de acordo com suas possibilidades.”

P5: “Sempre costumo pensar nos alunos especiais, cada ano um novo desafio.”

P6: “Procuro diferentes formas de abordar os temas e atividades diferenciadas para facilitar a aprendizagem.”

P7: “Penso que a inclusão não seja só questões relacionadas a limitações físicas e sim pensando que todos merecem nossa atenção, do aluno mais quietinho ao aluno mais agitado. Acredito que quando temos um aluno com limitações acabam nos estimulando a procurar maior conhecimento e nos desafiam a pensar em cada atividade para que este consiga realizar a mesma proposta de aula”.

P8: “Sim. Faço um planejamento diferenciado para meus alunos inclusos, sendo que o mesmo é encaminhado primeiramente para a professora da sala de Atendimento Especializado.”

P9: “Tento dar o máximo de atenção aos alunos, buscando desenvolver atividades de acordo com o nível de cada um, porém, as vezes torna-se difícil pelo número de alunos em sala, dificultando assim uma atenção maior no desenvolvimento das atividades.”

P10: “Porque busco formas de fazer com que todos os alunos se sintam parte da turma, mostrando que embora tenhamos necessidades diferentes podemos nos ajudar e integrar o mesmo grupo respeitando as individualidades e vibrando com cada conquista dos colegas sim”.

P11: Não respondeu.

O atendimento especializado em educação se refere às práticas e estratégias utilizadas para garantir que estudantes com necessidades educacionais especiais tenham acesso a uma educação de qualidade e igualitária. Esse tipo de atendimento pode ser oferecido tanto em escolas regulares, onde os estudantes especiais são incluídos em turmas mistas, quanto em escolas especiais, onde são oferecidos atendimentos específicos. Na qual, o objetivo principal é garantir a inclusão e a participação plena desses estudantes no processo educacional, garantindo que eles possam desenvolver suas potencialidades e habilidades, independentemente de suas condições físicas, mentais, sociais ou emocionais.

“Uma criança pode ainda não ser alfabetizada, mas ser letrado: uma criança que vive num contexto de letramento, que convive com livros, que houve histórias lidas por adultos (...) que toma um livro e finge que está lendo (e aqui de novo é interessante observar que, quando finge ler, usa as conversações e estruturas linguísticas próprias da narrativa escrita), toma um papel e um lápis e “escreve” uma carta, uma história”. (SOARES, 2004,47)

Por fim, temos a constatação da autora sobre a influência e o legado do “método Paulo Freire” para as reflexões e concepções sobre o exercício da alfabetização. Em seu texto “Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método” (SOARES, 2017), ela analisa o precursor e simbólico alfabetizador:

Mas Paulo Freire criou, e criou muito além de um método: criou uma concepção de alfabetização, no quadro de uma também nova concepção de educação. Não apenas uma concepção de educação como diálogo, que disso, realmente, não foi ele o inventor (terá sido Sócrates?), mas uma concepção de educação como prática da liberdade, educação como conscientização; e disso, realmente, foi ele o inventor. Não apenas uma concepção de alfabetização como método analítico-sintético de ensinar a ler e escrever, que disso também, realmente, não foi ele o inventor [...]; mas uma concepção de alfabetização, como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição e lugar do homem. (SOARES, 2017: 179-180, grifos da autora).

Em âmbito federal, podemos citar, dentre outras iniciativas, o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira que se refere ao atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, “preferencialmente na rede regular de ensino”, e a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), na qual o Ministério da Educação (MEC) estabelece, como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de prioridades e de integração. Essa mesma posição foi posteriormente reforçada na lei de Diretrizes e Bases 9394/96, (LDBEN, BRASIL, 1996) e recentemente, nas diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, p. 39-40), a educação básica deve fornecer condições aos educandos, em sua formação, para que possam exercer a cidadania de forma satisfatória. Conforme está escrito:

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Conforme a pergunta abaixo, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10 com isso, responderam que sim sobre a escola inclusiva de acordo com seus alunos na sala de aula. P11 não respondeu à pergunta. No entanto, a escola possui proposta inclusiva e atendimento educacional especializado (AEE)? Se sim, onde consta esse registro?

P1: “Sim”.

P2: “Sim possui”.

P3: “Sim, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar”.

P4: “Sim. Temos a sala do AEE, e toda a proposta desse atendimento está na documentação da escola, PPP”.

P5: Sim, também temos sala de recurso na escola, que atende também alunos de outras escolas.”

P6: “PPP, AEE em salas do município”.

P7: “Sim, consta no Projeto Político Pedagógico”.

P8: “Sim. Está no Projeto Pedagógico da escola e também no regimento.”

P9: “A escola possui atendimento educacional especializado, funcionando no turno da tarde, mas os alunos da noite não são atendidos, mesmo muitos necessitando desse atendimento. Quanto a questão da inclusão, posso dizer que minha turma possui vários alunos com dificuldade de aprendizagem e na minha visão está faltando algo mais, ou seja, não é só matricular alunos, é preciso conhecer a realidade desses alunos e a escola oferecer condições para atender as necessidades dos mesmos”.

P10: “Sim, é uma proposta municipal a mantendo-a fornece o atendimento, conta no regimento e PPP”.

P11: Não respondeu.

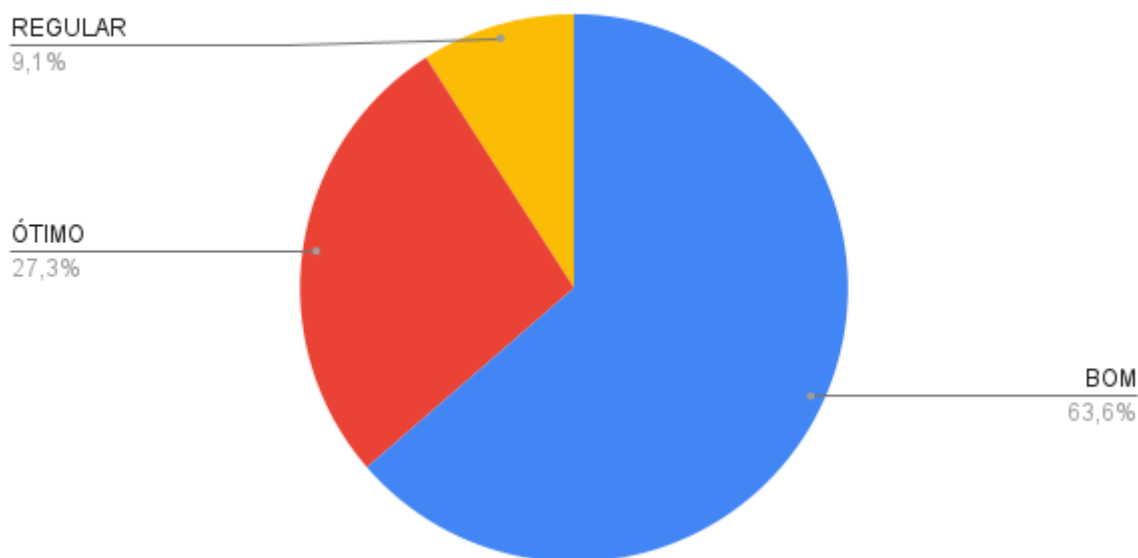
O letramento leva o indivíduo a diferentes lugares, a partir do cotidiano dele, e não se realiza apenas no âmbito escolar, de maneira formal. Assim, percebemos que o letramento é uma condição, ou seja, um estado que envolve o indivíduo, que poderá ter muito mais facilidade de lutar por seus direitos sociais. Magda Soares, em *Letramento: um tema em três gêneros* (2010, p. 28) faz uma distinção entre alfabetização e letramento:

O indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, entretanto, não é necessariamente um indivíduo letrado. Já o indivíduo letrado não é só aquele que sabe ler e escrever, mas que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

No gráfico 6, abaixo, obtivemos respostas distintas e ficou evidente que todos os professores consideram o processo de alfabetização e letramento em sua escola. A pergunta, Como você avalia o processo de alfabetização e letramento em sua escola em relação à educação inclusiva?

Figura 6 - Avaliação do processo de alfabetização e letramento em sua escola em relação à educação inclusiva

Contagem de COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM SUA ESCOLA EM



Fonte: Autores (2023)

De acordo com Segundo Kishimoto (1994), atividades lúdicas para estudantes são aquelas que proporcionam diversão e entretenimento, ao mesmo tempo em que promovem aprendizado e desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Essas atividades podem incluir jogos educativos, brincadeiras, desafios e trabalhos em grupo, que incentivam a criatividade, a imaginação, a cooperação, a comunicação e a autoconfiança dos alunos. Além disso, as atividades lúdicas podem ser adaptadas para diferentes faixas etárias e níveis de aprendizado, tornando-as uma forma eficaz de engajar os estudantes e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Com isto, os professores responderam: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10 e P11, relatam que desenvolvem atividades lúdicas. Como jogos, cantigas, histórias, contos e entre outras brincadeiras adequadas para os alunos que estão em sala de aula. No entanto, a partir de suas experiências, como podemos oportunizar experiências lúdicas aos estudantes, favorecendo seu processo de alfabetização e letramento?

P1: “A partir da necessidade, curiosidade e da sua história”.

P2: “A partir de jogos, de cantigas, músicas, histórias envolvendo todo este processo”.

P3: “O lúdico faz parte do processo de alfabetização, jogos são fundamentais neste processo”.

P4: “Utilizando metodologias que priorizem a necessidade dos alunos quanto ao imaginário, o concreto, aprendizado por brincadeiras e temas do seu interesse”.

P5: “ É preciso planejar aulas diferentes, para que os alunos tenham interesse em aprender ”

P6: “Jogos, brincadeiras, contos, etc.”.

P7: “Estar sempre pesquisando e propondo atividades que estimulam a aprendizagem de forma lúdica, se armando com todas as ferramentas possíveis e quando não se tiver tanto que tenhamos a arte do sorriso do faz de conta...”.

P8: “Através de jogos, histórias, músicas, dramatizações”

P9: “Para o desenvolvimento de atividades lúdicas, como temos diferentes níveis na turma, essas atividades devem ser pensadas para atender a totalidade, sendo possível isso no estágio pois o atendimento é realizado por 4 a 5 estagiárias, facilitando o processo.”.

P10: “Gosto muito de usar metodologias ativas e ramificação”.

P11: “Mais profissionais capacitados”.

A formação continuada é um processo de aprendizagem contínuo que visa atualizar e aprimorar os conhecimentos e habilidades de profissionais em suas áreas de atuação. Isso é necessário em um mundo em constante mudança, onde novas tecnologias, métodos e práticas são constantemente desenvolvidos. A formação continuada é importante para manter a competência dos profissionais, garantir a qualidade dos serviços prestados e promover a melhoria contínua em suas áreas de atuação.

O professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino aprendizagem, ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que este possa, realmente, efetuar uma aprendizagem tão significativa quanto o permitam suas possibilidades e necessidades. O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios necessários para os alcançar. A responsabilidade do mestre é imensa. *Grande parte da eficácia de seu ensino depende da organicidade, coerência e flexibilidade de seu planejamento* (TURRA et a, 1995, p. 18-19)

A ideia de formação permanente no pensamento de Freire é resultado do conceito da “condição de inacabamento do ser humano e consciência desse

inacabamento”. Segundo Freire (2002), o homem é um ser inconcluso e deve ser consciente de sua inclusão, através do movimento permanente de ser mais: A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam.

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo falto de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20).

Ao questionarmos os sujeitos da pesquisa, ficou evidente que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11 que a formação continuada é imprescindível tanto na atualidade como no futuro, uma vez que as mudanças sociais, culturais e econômicas exigem uma constante atualização por parte dos profissionais. Além disso, as empresas e instituições estão cada vez mais exigentes quanto à capacitação de seus colaboradores, exigindo competências técnicas e interpessoais avançadas para aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho realizado. Na qual, os professores responderam no questionário, você participa de formação continuada (capacitação) na área de alfabetização e letramento? Com que periodicidade?

P1: “Sim, todo ano”.

P2: “Anualmente”.

P3: “Sim, anualmente”.

P4: “Até ano passado participamos de uma formação oportunizada pela Seduc.”

P5: Sim, sempre faço cursos online e quando nossa secretaria de educação oferece.”

P6: “ Sim, mensalmente”.

P7: “Sim, mensalmente ”.

P8: “Sim. Todos os anos.”

P9: “Particpei ano passado, mas ainda não tivemos nenhuma formação em 2023.”

P10: “ Não, mas estou cursando pedagogia e busco ler e assistir workshops e vídeos sobre o assunto.”

P11: “Sim, anualmente.”

A formação continuada, é realizada após a formação inicial, tornando-se um processo de constante aperfeiçoamento que o docente realiza ao longo de sua vida profissional, com a finalidade de aprimorar seus conhecimentos e promover aprendizados significativos para cada realidade. Consoante o capítulo IV da LDB 9394/96, a formação continuada deve ser estimulada para a capacitação do educador, e no capítulo V – denominado “Educação Especial” – é especificado o regimento mais recente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual:

[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Sintetizando esses dois capítulos vê-se que a formação continuada atua em conjunto com a inclusão escolar, preparando o docente para estimular a inclusão, para que isso aconteça “os programas de formação continuada precisam incluir saberes científicos críticos, didáticos, relacionais, saber-fazer pedagógico e de gestão [...]” (ROMANOWKI, 2012, p. 13) para exercerem com um melhor aproveitamento a função do pedagogo que é mobilizar o trabalho pedagógico no sentido de promover uma educação filantropa que valorize o indivíduo com suas diferentes características, para isso a formação continuada deve ser uma formação humanitária.

Lidar com alunos desafiadores podem perder a motivação ou ter comportamentos destrutivos que podem afetar o ambiente de aprendizagem. Os professores precisam encontrar maneiras de lidar com essas situações para manter a classe em ordem. Por tanto, personalizar o ensino cada aluno aprende de maneira diferente, portanto, é importante que os professores sejam capazes de personalizar o ensino de acordo com as necessidades de cada aluno para garantir que eles sejam capazes de acompanhar.

Como afirma Nóvoa (2000, p.10):

“Esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de a compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam à nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar à nossa maneira de ser.”

A pergunta abaixo relata a experiência pedagógica na alfabetização e P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, evidenciou que cada professor passou por determinada história em sala de aula e repassa o quanto eles estão gratos por determinadas situações algumas desafiadoras. P9, P10 e P11 não responderam à pergunta abaixo. Com isto, você teria algo ou uma experiência que teve nesse período, que queira nos contar ou como é as experiências de alfabetização com o público-alvo da pesquisa? (Caso não seja do público de alfabetização, pode nos contar seu maior desafio com estes.)

P1: “Desafio é alfabetizar um aluno no quinto ano.”

P2: “Fui muito feliz ano passado pois tinha em minha turma dois alunos autistas e na metade do ano eles estavam alfabetizados.”

P3: “Como trabalho com o 3º ano do EFAI, são raros os casos nos quais necessito alfabetizar. Meu trabalho é consolidar essa alfabetização.”

P4: “Faz 10 anos que trabalho com alfabetização, uma das coisas que percebo a cada ano, é que precisamos estar em constante aprendizado, pois os alunos estão cada vez mais desestimulados, devido aos celulares.”

P5: “Sim, tive vários, mas um dos casos que me marcou foi quando um aluno de 12 anos que frequentava sala do AEE Com diagnóstico ainda não fechado, estava no 4º ano e não escrevia sozinho, copiava tudo do quadro e não sabia ler, com objetivo de alfabetizar contei com ajuda da mãe dele que era professora, mas também não compreendia a dificuldade do filho. Eu preparava aula a nível de alfabetização e através de cartaz especialmente para ele e sons das letras, ele conseguiu decodificar o alfabeto, os números e os sons das letras, iniciou sua leitura e passou pelos níveis silábico, silábico alfabético e finalizou alfabético com algumas dificuldades ortográficas. Para resumir a história toda.”

P6: “Nos dois últimos anos estou tendo a experiência na turma de 1º ano com alunos autista. Tem sido muito desafiador e gratificante também.”

P7: “Trabalhar com alunos das séries iniciais é algo desafiador, mas é algo que nos impulsiona a ser melhores a cada dia, pois no desenvolvimento das aulas percebemos o quanto é encantador ver a evolução dos alunos, mesmo sendo as vezes um processo vagaroso por se tratar também de alunos com dificuldade de aprendizagem e que estão a muitos anos fora da sala de aula. Tenho um caso, que me deixa bastante feliz, que envolve um aluno de 73 anos que faz em torno de 7 anos que frequenta a escola é só conhecia as letras, não conseguia formar sílabas e nem palavras simples e, hoje ele tem a alegria de conseguir escrever

algumas palavras e conta para todos que os anos que ele mais aprendeu foi enquanto meu aluno, isso me deixa muito feliz e com o dever cumprido. ”

P8: “Eu tive um aluno no 4º ano, que já haviam desistido dele, estava rotulado como se ele não conseguisse aprender, e que deveria ser encaminhado para avaliação na APAE visando estudar nessa instituição. Fiz minha avaliação diagnóstico e realmente o aluno estava com grande defasagem, mas percebi também que ele havia se rotulado como incapaz "burro", e a turma também o via assim, então reverti essa visão, trabalhei a autoconfiança dele e aceitação da turma, e faziam atividades de alfabetização intercaladas com as da turma, de maneira que as atividades da turma que eu percebia que ele conseguiria realizar ele fazia, do contrário eu o convidava pra treinar a leitura a escrita e o desafiava a isso, e quando ele concluía as atividades de alfabetização com sucesso a turma vibrava junto, resultado ele se alfabetizou. ”

P9: Não respondeu.

P10: Não respondeu.

P11: Não respondeu.

Os estudantes com deficiência têm o direito de uma educação inclusiva e de qualidade, garantida pela legislação. Para isso, é necessário que as escolas estejam preparadas para atender as necessidades específicas desses alunos, oferecendo recursos e adaptações que possibilitem a sua participação plena no ambiente escolar. Algumas medidas podem ser adotadas para atender a esses estudantes, tais como:

Disponibilização de materiais acessíveis, como textos em Braille, livros em áudio e ampliação de fontes, adaptação de espaços físicos para que os estudantes possam se movimentar com segurança e autonomia, utilização de recursos tecnológicos para facilitar a comunicação e o aprendizado, como softwares específicos e tablets com aplicativos adaptados e contratação de profissionais especializados para atender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência, como tradutores e intérpretes de Libras.

Ao questionarmos os sujeitos da pesquisa, obtivemos respostas distintas, a P1, P2, relataram as suas ideias tendo um olhar diferenciado para cada aluno. P3, P4, P5 relatam que não tem alunos com algum tipo de deficiência, P6, P7, P8 e P9 trouxeram relatos da sala de aula. P10 e P11 não responderam à pergunta evidenciada.

Com isto, a pergunta identificada para os professores da rede pública foi: Você ensina ou acompanha algum estudante com deficiência, TEA ou AH/ SD? Se sim, liste ações que você desenvolve e que promovem a inclusão desta criança. Se não, quais ações você acha que favoreceriam o processo de inclusão escolar de um

aluno que apresentasse uma dessas condições? Observação: em sua resposta, preserve o sigilo sobre a identidade do aluno.

P1: “Sim, alunos diversos. Procuo da atenção e um olhar diferenciado. Atividades que possam ter condições de interagir com o grande grupo e tornar sua aprendizagem significativa.”

P2: “Levar o aluno a participar das atividades, respeitando seu tempo, o que consegue fazer e incentivando-o.”

P3: “ Não. ”

P4: “Não. ”

P5: “Não, esse ano não tenho nenhum aluno especial. ”

P6: “Sim. Tenho uma aluna TEA, nível leve, ela não tem todas as características que conhecemos, possui emoção mais aflorada, sensível, no pré ela apresentava dificuldade de adaptação, ficava chorando, este ano ela não apresentou essa característica e convive melhor socialmente. Promovo atividades em grupo...”

P7: “Sim. Este ano tenho dois alunos com autismo, uma menina e um menino. Procuo trabalhar de forma individualiza com a monitora e com materiais concretos. ”

P8: “Tenho alguns alunos com dificuldades extremas, que na época em que estavam nas séries iniciais quando crianças, foram tirados da escola porque os professores comunicaram os pais que não adiantava eles continuar na escola pois não aprendiam. Hoje, percebo que esses alunos são alunos com necessidades especiais, pois nos 2 anos anteriores quando a turma em que estavam era bem pequena, pude acompanhá-los de forma bem individual, desenvolvendo atividades para alfabetizá-los, mas percebi que isso não estava acontecendo. Hoje esses 2 alunos ainda não identificam vogais e consoantes, e além disso um deles não reconhece os números até 10 e nem reconhece as cores. Foram diversas ações desenvolvidas, desde atividades lúdicas, varal de letras e até alguns pequenos vídeos para auxiliar o entendimento, mas não houve quase nenhuma evolução. ”

P9: “Não. ”

P10: Não respondeu.

P11: Não respondeu.

A inclusão na alfabetização se refere ao processo de garantir a todas as pessoas o direito à aprendizagem da língua escrita, independentemente de suas características físicas, cognitivas, culturais ou sociais. Isso significa que as escolas e os professores devem adotar práticas pedagógicas que consideram as necessidades individuais de cada aluno, oferecendo-lhes um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Oferecer atividades que envolvam diferentes habilidades e estilos de aprendizagem. Valorizar a diversidade cultural e linguística,

por meio da inclusão de diferentes contextos em sala de aula e da exploração de diversas formas de expressão.

Conforme a pergunta desenvolvida ficou evidente que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 respeita a aprendizagem de cada criança, vai acolhendo com a família e propôs novas atividades, incentivando cada aluno. Com isto, P10 e P11 não respondeu à pergunta identificada abaixo.

Quais as atitudes, intervenções e recursos que a escola e o (a) professor (a) podem lançar mão para favorecer o processo de inclusão e alfabetização da criança?

P1: “Respeitar o processo de aprendizagem de cada um. ”

P2: “Participar de momentos em que a escola oferece para compartilhar com outras turmas incentivando sempre a participar. ”

P3: “Primeiro acolher e muito diálogo com a família. ”

P4: “Trabalho em conjunto com a profissional do AEE e também com a família do aluno. ”

P5: “Tentamos de todas as formas incluir os alunos, quando o professor percebe alguma dificuldade, já encaminhamos para a avaliação, onde aí vemos a maneira de trabalhar com cada um, um trabalho em conjunto com a sala de recurso, que nos dá todo suporte. ”

P6: “Propor projetos que envolvam a adaptação, a convivência e esclarecimentos para a comunidade...”.

P7: “Temos monitora e no turno inverso a sala de AEE. ”

P8: “Para que haja a verdadeira inclusão em primeiro lugar tem que fazer um levantamento das necessidades individuais de cada aluno no decorrer dos primeiros dias de aula e a partir daí buscar alternativas para facilitar a aprendizagem, ou seja, direção e professor devem juntos buscar estratégias que vão de encontro com a realidade da turma, oferecendo também o atendimento especializado para os que necessitam e o professor regente estar em contato com o professor que faz o atendimento especializado, o qual pode auxiliar no desenvolvimento das aulas e ter um melhor acompanhamento da evolução do aluno. ”

P9: “Planejar aulas e atividades que consigam incluir. ”

P10: Não respondeu.

P11: Não respondeu.

É importante destacar que, ao propor a alfabetização com método, a autora destaca a importância do planejamento, da mediação e do ensino direto, explícito. Tais questões foram mais extensivamente exploradas no livro de 2016. Em *Alfalettrar*: toda criança pode aprender a ler e a escrever, Magda destaca o papel da mediação pedagógica e os aspectos que necessitam de ensino explícito (por exemplo, os padrões silábicos complexos, norma ortográfica). A autora propõe também alguns

exemplos de agrupamentos produtivos para atividades em pequenos grupos, sem deixar de destacar que “[...] crianças em fases muito distantes da maioria de seus colegas demandam atendimento individual” (SOARES, 2016, p. 116).

Constatou que a P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, compreende a aprendizagem de cada aluno, evidenciaram também a falta por parte família e que o governo deve ajudar os alunos que precisam de toda ajuda necessária dentro e fora da sala de aula. Com isto, P11 não respondeu à pergunta identificada abaixo. No seu ponto de vista, qual a maior dificuldade de alfabetizar e letrar uma criança com necessidades especiais?

P1: “ Conseguir se "doar" ao aluno no meio de uma turma grande”.

P2: “ Compreender como acontece a aprendizagem para aquele aluno”.

P3: “ A falta de ajuda por parte da família”.

P4: “ Penso que seja sair da área de conforto, pois acredito que a maioria dos professores não tiveram essa habilitação em sua formação inicial”.

P5: “ Depende de cada caso, eu sempre procuro atividades que facilite a aprendizagem”.

P6: “ Depende de cada aluno, ainda não alfabetizei um aluno com limitação de visão, acredito que a maior dificuldade seria ter acesso a todos os recursos que eles têm direito. ”

P7: “ Turma grande, fica mais difícil”.

P8: “ No meu ponto de vista a inclusão não está acontecendo, pois hoje o governo exige uma quantidade grande de alunos por turma, onde o aluno que é para ser incluído acaba sendo excluído, pois o professor não dá conta dessa inclusão, não do pelo número elevado de alunos, mas também por não ter formação para o atendimento de alunos com necessidades especiais. O governo deveria priorizar a aprendizagem e não somente dizer que a educação é prioridade, pois nós que estamos em sala de aula sabemos o quanto está sendo difícil o ensinar e o aprender nos dias atuais, pois o índice de crianças e adolescentes com necessidades especiais está bastante elevado, precisando o governo ter um olhar diferenciado nesses casos. ”

P9: “ A falta de preparo do professor”.

P10: Atenção e compreensão.

P11: Não respondeu.

Para Soares (2002), o processo de letramento é um processo complexo e contínuo, que envolve o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em indivíduos de todas as idades e níveis de escolaridade. Esse processo envolve o domínio das habilidades básicas de leitura (como decodificação, reconhecimento de

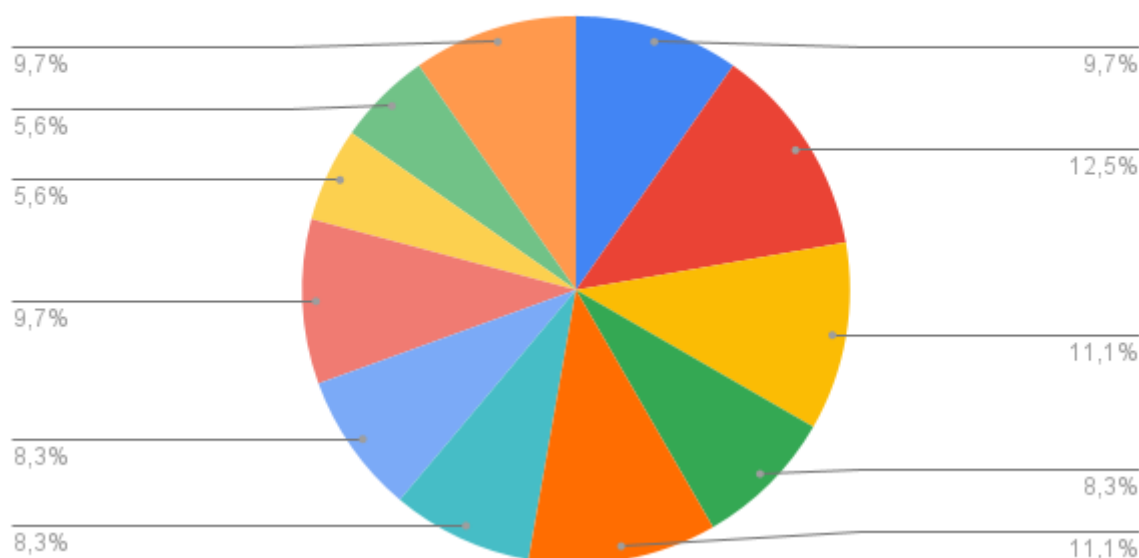
palavras e compreensão de texto) e escrita (como aquisição do alfabeto e da ortografia), além do desenvolvimento de habilidades mais avançadas, como leitura crítica, produção textual, análise e interpretação de textos e comunicação efetiva com outras pessoas.

De acordo com Lira (2006), mesmo antes de serem submetidas a um processo sistemático de alfabetização, as pessoas convivem com determinadas situações de leitura e escrita que contribuem para o aperfeiçoamento de seu processo de letramento.

Segundo Lira (2006), Ferreiro e Teberosky, ao pesquisarem a psicogênese da língua escrita, revelam a maneira pela qual a criança e o adulto constroem seu sistema interpretativo para compreender esse objeto social complexo que é a escrita. “Mesmo quando ainda não escrevem ou leem da forma convencionalmente aceita como correta, já estão percorrendo um processo que os coloca mais próximos ou mais distantes da formalização da leitura e da escrita.” (LIRA, 2006, p. 44).

Figura 7 - Em relação ao conhecimento que você possui sobre o desenvolvimento do processo de letramento de alunos com necessidades especiais, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum conhecimento e 10 muito conhecimento, o que você:

EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO QUE VOCÊ POSSUI SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE



Fonte: Autores (2023)

Nesta próxima figura relata, que o processo de letramento envolve a capacidade de compreender e utilizar mais complexos e abrangentes textos, incluindo textos literários e técnicos, bem como a habilidade de produzir textos escritos claros, coesos e eficazes em diversos contextos. Com isto, o desenvolvimento do letramento pode ser influenciado por vários fatores, como a educação, o ambiente familiar e social, a motivação e o acesso a recursos e oportunidades de leitura e escrita. Por fim, vale ressaltar que é importante lembrar que o processo de letramento é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e pessoal de um indivíduo, bem como para a participação plena na sociedade e no mundo do trabalho.

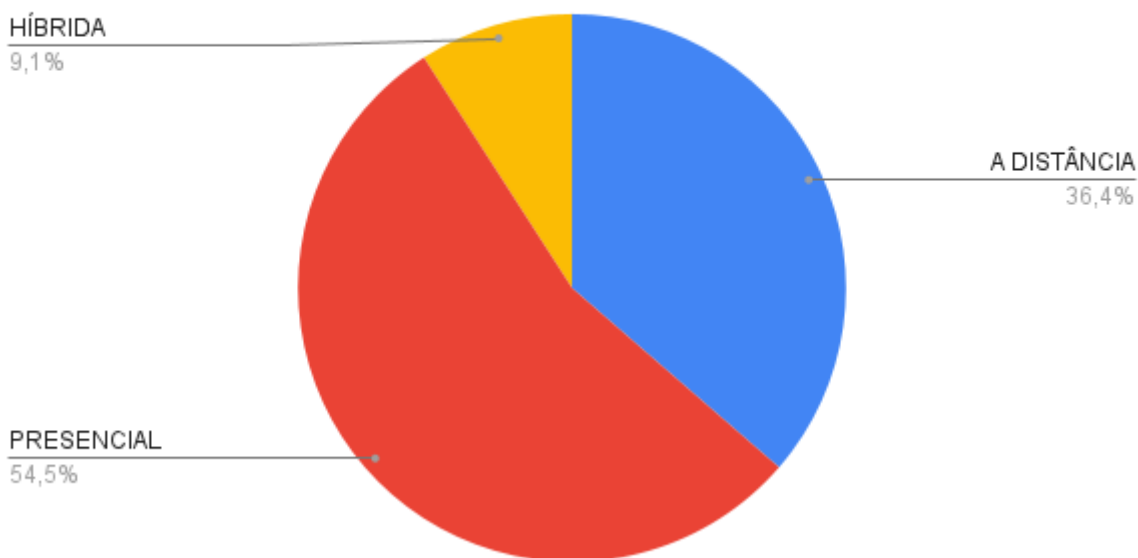
No gráfico 7, abaixo, todas as professoras responderam o enunciado, demonstrando o desenvolvimento dos docentes em sala de aula. A figura do questionário ressalta o conhecimento e os processo de desenvolvimento.

Nesta imagem o processo de letramento refere-se ao aprendizado de habilidades de leitura e escrita e ao desenvolvimento da capacidade de compreender e expressar ideias por meio da linguagem escrita. Na qual, o desempenho de letramento pode ser visto como um processo contínuo que começa na infância e continua ao longo da vida, incorporando diferentes formas e níveis de habilidades linguísticas. Com tudo, O desenvolvimento de letramento pode ser dividido em duas fases distintas: a fase inicial, que envolve a aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, e a fase avançada, que se concentra na capacidade de compreender e utilizar adequadamente a linguagem escrita em diversas situações. (TFOUNI, 1998)

Conforme a pergunta do questionário as 11 pessoas responderam, mas que preferem formações presencial do que híbrido e a distância. A formação continuada diz respeito aos cursos e treinamentos que os professores fazem ao longo da carreira para aprimorar suas técnicas e habilidades. Muitas escolas e redes de ensino investem em capacitações para seus professores, que podem abordar temas como uso de tecnologia em sala de aula, metodologias de ensino, gestão de sala de aula, entre outros. Com isto, o gráfico 8, abaixo, marque, qual modalidade você prefere participar de formações?

Figura 8 – Qual modalidade você prefere participar de formações?

Contagem de Marque, qual modalidade você prefere participar de formações?



Fonte: Autores (2023)

A formação para professores também pode envolver o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que permitem que os professores consigam lidar com situações complexas em sala de aula, como conflitos e problemas de comportamento dos alunos. Dessa forma, a formação de professores é fundamental para garantir a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos.

A formação continuada deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente. Neste sentido, o espaço pertinente da formação continua já não é o professor isolado, mas sim o professor inserido num corpo profissional e numa organização escolar (NÓVOA, 2002, p. 38).

A pergunta a seguir relata que dez pessoas responderam a e uma não quis responder à pergunta abaixo. Na qual a maioria dos professores trouxeram dicas de para ter novas estratégias para ter uma formação continuada que desenvolvam seus planejamentos mais significativos. Com isso, deixe sugestões do que você gostaria que fosse abordado em um curso de formação continuada para professores sobre alfabetização e letramento, na área de educação inclusiva.

P1: "Como a criança com as diferentes necessidades aprendem. "

P2: "Dicas de materiais. "

P3: “Estratégias específicas para atingir significativamente cada uma das necessidades especiais. ”

P4: “Que nos ajude mais na prática e não com teorias. ”

P5: “Prática, atividades lúdicas como elaborar e organizar. ”

P6: “Gostaria que fosse abordado sobre todos os tipos de dificuldades que envolvem a educação, pois existem muitos que por não ter conhecimento acabamos deixando de lado e achando que é apenas mais um aluno com TDAH. ”

P7: “Material concreto para trabalhar com os alunos (as). ”

P8: “Como trabalho com a Educação de Jovens e adultos, seria importante abordar temas voltados para essa modalidade. ”

P9: “Metodologias de ensino. ”

P10: “Estratégia de ensino. ”

P11: Não respondeu.

O ato de aprender envolve a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes por meio do estudo, da observação, da experiência e da reflexão. A aprendizagem pode ocorrer de diversas formas, como por meio da educação formal em escolas e universidades, da interação com outras pessoas, da leitura de livros, da pesquisa, entre outras. Aprender é um processo constante e contínuo ao longo da vida, e envolve também a capacidade de se adaptar a novas situações e contextos, de mudar de opinião e de crescer pessoal e profissionalmente. É fundamental para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais crítica, criativa e consciente. Conforme Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: seja para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1981, p. 07)

A pergunta abaixo foi possível ler que todas as pessoas responderam, e que estão oportunizando novas formas de olhar pedagógico dentro da sala de aula. Com isso, abordando novas estratégias para aula, que estabeleçam conteúdos bem elaborados, onde os alunos prestam atenção e entendam o que estão observando. Por fim, as respostas a seguir dos professores transmitem conteúdos bem elaborados e desenvolvimento dos planos de sem conteúdos excessivos. Os alunos não querem saber de conteúdos maçantes, vai cansando e perdendo o foco. Comente um pouco sobre como você realiza o planejamento de suas aulas e

quais atividades você busca para atrair a atenção dos alunos e motivá-los a realizá-las?

P1: “Dinâmicas de estudo, com imagens, objetos concretos, vídeos interativos...”

P2: “Repetir o conteúdo de outras formas para que eles entendam.”

P3: “Procuro diversificar com histórias, jogos, brincadeiras. ”

P4: “Não acredito em conteúdos maçantes, mas sim, em formas errôneas de trabalhar os conteúdos. Utilizo, por exemplo, atividades curtas para que mantenham a atenção e concentração. Interatividade. Brincadeiras e Jogos. ”

P5: “Gosto muito de alfabetizar com o lúdico, acredito que a criança precisa passar e viver o processo de aprendizagem, então procuro planejar coisas bem diferentes. ”

P6: “Procuro saber os interesses, curiosidades. Através de atividades desafiadoras, lúdicas, diferentes”.

P7: “ Realizo planejamento semanal e procura sempre descontrair, criando músicas infantis para acalma-los...”.

P8: “Meu planejamento é bem variado, tem momentos com materiais concretos, registros, vídeos, músicas, jogos, dramatizações. ”

P9: “O planejamento é realizado de acordo com a realidade de cada aluno, buscando atividades diversificadas de acordo com as habilidades que devem ser trabalhadas. ”

P10: “Fazendo atividades desafiadoras e divertidas. ”

P11: “O lúdico sempre é bem aceitado e compreendido por eles. ”

A alfabetização é essencial para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de participar de forma ativa e efetiva na construção da sociedade em que vivem. Permite ao aluno sentir-se mais confiante e seguro em suas habilidades, o que pode impulsionar sua autoestima e motivação para novas aprendizagens. O aluno é incentivado a buscar mais conhecimento e aprender de forma autônoma, o que o torna mais independente e autodirigido em seu processo educativo. O acesso a uma vasta gama de informações e conhecimentos diversos, o que lhe permite enriquecer a sua visão de mundo e ampliar sua compreensão sobre os mais variados temas.

Segundo Freire (1997, p.21):

“...o ensino não é a alavanca para a mudança ou a transformação da sociedade, mas sei que a transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes! Estou incumbido de uma dessas tarefas... A questão agora é pôr minha

prática ao lado de meu discurso. Isto é, como posso ser coerente em classe".

A pergunta a seguir demonstra que todos os onze participantes responderam e mostra com evidencia que cada dia é uma nova oportunidade para aprender e ensinar. Alunos e professores muitas vezes têm experiências diferentes e únicas que moldam suas perspectivas. Além disso, a tecnologia está mudando a forma como a educação é entregue e transformando a dinâmica em sala de aula. É importante que todos trabalhem juntos para criar um ambiente de aprendizagem positivo e necessário para o sucesso dos estudantes.

Com base na pergunta estabelecida os professores responderam de acordo com as suas vivencias em sala de aula. O que você considera importante para alfabetizar um aluno?

P1: "Tornar o conhecimento mais perto do aluno, com temas e atividades concretas e que interessem o aluno. "

P2: "Paciência, Confiança e dedicação. "

P3: "Conhecimento e experiência. "

P4: "Compreender como este aluno aprende, ser conhecedora das metodologias significativas para este processo, dedicação, paciência e afetividade. "

P5: "Reconhecer o som das letras, ter consciência fonológica, aprender com diferentes texto e histórias, trabalhar com muito material concreto. "

P6: "Estar motivado, o aluno na minha opinião só inicia sua alfabetização no momento que ele despertar a vontade e a curiosidade de aprender. "

P7: "Ter muita paciência e ser bem dinâmica. Trabalhar de forma lúdica. "

P8: "Paciência e incentivo. "

P9: "O interesse do aluno é do professor. "

P10: "Paciência. "

P11: Não respondeu.

As dificuldades de aprendizagem são problemas que afetam a capacidade do indivíduo de adquirir e/ou utilizar habilidades e conhecimentos de forma eficaz. Essas dificuldades podem ocorrer em qualquer área do conhecimento, como leitura, escrita, matemática, linguagem, cognitiva, habilidades sociais, motoras, entre outras.

O professor, ao planejar o trabalho, deve estar familiarizado com o que pode pôr em prática, de maneira que possa selecionar o que é melhor, adaptando tudo isto às necessidades e interesses de

seus alunos. Na maioria das situações, o professor dependerá de seus próprios recursos para elaborar seus planos de trabalho. Por isso, deverá estar bem-informado dos requisitos técnicos para que possa planejar, independentemente, sem dificuldades. Ainda temos a considerar que as condições de trabalho diferem de escola para escola, tendo sempre que adaptar seus projetos às circunstâncias e exigências do meio. Considerando que o ensino é o guia das situações de aprendizagem e que ajuda os estudantes a alcançarem os resultados desejados, a ação de planejá-lo é predominantemente importante para incrementar a eficiência da ação a ser desencadeada no âmbito escolar (TURRA et alii, 1995, p. 20)

A próxima pergunta indica que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 onde existem várias dificuldades que podem surgir durante o processo de alfabetização. Dentre as respostas os professores indicam as dificuldades de leitura as crianças podem ter dificuldades para associar as letras aos sons e, conseqüentemente, para ler palavras. De escrita, na qual, podem ter dificuldades para escrever corretamente as letras, as palavras e as frases. As dificuldades emocionais, as crianças podem enfrentar atrito emocional, que afetam o processo de alfabetização, como ansiedade, medo ou problemas familiares. No entanto, P10 e P11 não responderam à pergunta abaixo.

Existem diversas outras dificuldades de aprendizagem que podem prejudicar o desempenho do aluno na escola e no dia a dia. É importante lembrar que cada indivíduo é único e apresenta diferentes necessidades e formas de aprendizagem. Por isso, é fundamental que os professores e profissionais que lidam com a educação estejam preparados para identificar e lidar com essas dificuldades, oferecendo apoio e adaptações para que todos possam se desenvolver de forma plena. Dentro da pesquisa quais são as principais dificuldades durante o processo de alfabetização no ensino fundamental?

P1: "Falta de apoio das famílias. "

P2: "Paciência, Confiança e dedicação. "

P3: "Que tudo é um processo e apresenta diferentes ritmos, que cada criança tem seu tempo. "

P4: "A falta de ajuda por parte da família. "

P5: "Nos deparamos com alunos que não são estimulados a ler. Não tem um ambiente leitor em casa e muitas vezes os pais não valorizam ou não tem consciência da seriedade deste processo. "

P6: "Quando o aluno não se concentra ou quando muitas vezes a família não ajuda. "

P7: "Manter o aluno focado. "

P8: “Falta da ajuda da família. ”

P9: “O auxílio da família, porque a criança passa pelo processo de alfabetização, na maioria das vezes, somente na escola em casa nem. Tem contato com leitura e escrita, muitas vezes nem fazem. Às tarefas que vão de tema. ”

P10: Não respondeu.

P11: Não respondeu.

A inclusão escolar é um processo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais ou características individuais, tenham acesso ao ensino em uma escola regular e sejam integrados totalmente ao ambiente educacional. Esse processo é importante porque reconhece que todos os alunos têm direito à educação de qualidade e ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Entre as medidas que visam garantir a inclusão escolar estão a formação de professores e a adaptação de recursos didáticos, infraestrutura e metodologias para atender a diversos grupos, como alunos com deficiência, autismo, dislexia, entre outros. A inclusão escolar é uma prática que possibilita uma sociedade mais justa e igualitária, valorizando a diversidade humana.

O Plano Nacional de Educação, de 2001 (p.129/130), enfatiza a necessidade de professores preparados para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, deixando claro o dever das instituições de educação superior, no que diz respeito à formação de profissionais qualificados para atender pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, 2001).

A última pergunta evidencia que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, e P10, desenvolvem a inclusão de alunos com deficiência nas escolas, na qual se torna um desafio para a sociedade como um todo. Embora haja avanços na legislação e políticas públicas que buscam garantir o acesso e permanência desses alunos na escola comum, ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas. Na qual entra em um certo atrito que alguns profissionais não estão preparados conforme a P7 e P9 relata em sua resposta. Por fim, a P11 não responde a pergunta abaixo. Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão?

P1: “Atender todos os alunos. ”

P2: “Preocupação com relação a necessidade da criança. ”

P3: “A falta de materiais adaptados. ”

P4: “Muitas vezes falta de conhecimento de como trabalhar com a dificuldade específica do aluno incluído. ”

P5: “Muitas vezes o encaminhamento para a avaliação, devido a ter poucos profissionais trabalhando. ”

P6: “Muitas, percebo que hoje temos muitos materiais que servem para facilitar a vida das crianças na escola, mas ainda precisamos de mais recursos e também poderíamos ter grupos de estudos que possam nos propor esses materiais, exemplo seria de imagens para colar nas paredes da escola para um autista ou para um surdo, por mais que não tenhamos estes alunos por todas as escolas, precisamos mostrar para os demais que eles existem. ”

P7: “Falta de formação. ”

P8: “Como havia mencionado anteriormente, incluir é algo desafiador! É fácil falar em inclusão quando não se tem sala de aula, quando não se conhece a realidade da sala de aula, pois incluir exige muito, exige conhecer a realidade, exige profissionais qualificados, exige tempo para planejar, exige atenção, exige ter um número de alunos onde é possível realmente incluir. ”

P9: “A falta de preparo. ”

P10: “Muitos alunos em sala de aula, acaba ficando difícil focar no aluno que tem mais dificuldade. ”

P11: Não respondeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu identificar que a importância de um planejamento analisando dados da pesquisa permitiu encontrar as respostas quanto às dificuldades em alfabetizar os alunos, haja vista a pouca formação específica dos professores alfabetizadores. Além disso, a falta de conhecimento dos professores do ensino fundamental no que se refere à alfabetização e letramento propicia aos alunos práticas descontextualizadas de sua realidade social.

A importância do planejamento permite que o professor tenha uma visão ampla e clara de como os conteúdos serão explorados e como a aprendizagem ocorrerá, permitindo-lhe a adequação de estratégias pedagógicas e recursos didáticos antes do desenvolvimento da aula. Dessa forma, o planejamento do professor garante que a aprendizagem seja significativa, contextualizada e efetiva para os alunos.

O planejamento diário para Libâneo (1992) é entendido como uma estratégia de projeção das ações futuras a serem realizadas, para as quais se tornam necessários momentos 13 de pesquisa e de reflexão prévia, de desenvolvimento e, por fim, de avaliação e reconstrução dos aspectos que podem vir a ser reformulados.

O planejamento é uma ferramenta fundamental na educação, pois contribui para o estabelecimento dos objetivos educacionais, a definição das estratégias de ensino, a seleção dos conteúdos curriculares, a organização das aprendizagens, e a avaliação dos resultados alcançados. Por tanto, planejamento permite que os professores e gestores escolares tenham uma visão clara do que deve ser ensinado e aprendido, estabelecendo um quadro de referência para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, o planejamento proporciona a possibilidade de adequação das atividades às necessidades dos alunos, levando em conta suas habilidades e dificuldades.

Outro ponto importante do planejamento é que ele leva em consideração o tempo disponível para o trabalho pedagógico, permitindo que o professor organize o seu tempo para desenvolver as atividades de forma adequada, evitando

contratempos e atrasos no processo de aprendizagem dos alunos. Por fim, o planejamento também contribui para a otimização dos recursos disponíveis na escola, permitindo que estes sejam utilizados de forma eficiente e estratégica, para alcançar os objetivos educacionais. Portanto, o planejamento é essencial na educação, pois permite uma gestão adequada do processo pedagógico, levando em consideração as necessidades e potencialidades dos alunos, e dos próprios professores e gestores escolares.

REFERÊNCIAS

AMANDO, A.; MCBRIDE, M. **Increasing person-centered thinking**: improving the quality of person-centered planning. A manual for person-centered planning facilitators. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota, Institute on Community Integration. 2001. Acesso em: 05 abr. 2023.

BIANCHIN, Andreia. O planejamento: elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem. **Só Pedagogia**, 09/09/2014. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/textos/index.php?id=47>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?**. Ed. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2001. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/2201/1/TCC_AtoEstudarEscola.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2013. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de diretrizes e bases da educação: (Lei 9.394/96). Rio de Janeiro, 2002. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República do Brasil, 23 de dez. de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA_ID5293_24092019173705.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

DEBUS, Ionice da Silva. Reflexões sobre alfabetização. **Revista Pedagógica**. Unochapecó - Ano 14 - n. 26 vol.01 - jan/jun 2011, Chapecó. 7 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaela/Downloads/Dialnet-ReflexoesSobreAlfabetizacao-5611428.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DUARTE, Karina; ROSSI, Karla. O processo de alfabetização da criança segundo Emilia Ferreiro. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Ano VI, Número 11, Janeiro de 2008, Garça/SP, Periódicos Semestral. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprocesso_alfab_ferreiro.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. São Paulo: Penso, 1999.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FERREIRO, E. **Cultura escrita e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. Acesso em: 25 maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1997, Paz e Terra. São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2106/TCC%20ALFABETIZACAO%20NAS%20SERIES%20INICIAIS%20DO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. SP: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO EDUCAÇÃO. **Emilia Ferreiro e sua contribuição no processo de alfabetização**. LinkedIn. 04 de jul. 2020. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/emilia-ferreiro-e-sua-contribui%C3%A7%C3%A3o-p-rocesso-de-instituto-educac%C3%A7%C3%A3o#:~:text=Elas%20constroem%20seu%20pr%C3%B3prio%20conhecimento,c%C3%B3digo%20lingu%C3%ADstico%20e%20domin%C3%A1%20Dlo>. Acesso em: 21 mar. 2023.

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 2001. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>. Acesso em: 24 abril.2023

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Rafaela/Downloads/7808-Texto%20do%20artigo-22932-2-10-20171123.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38132492/Artigo_1_-_artigo_planejamento_ensino_como_ferramenta_basica-libre.pdf?1436387012=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPLANEJAMENTO_DE_ENSINO_COMO_FERRAMENTA_B.pdf&Expires=1684326939&Signature=M611uq5cC9xe5PTbcdexjDq6~bepjNzCQzbZNfkDCQLotjv5g0FVJ5H7rgKRXKnZ-RubY45-fLrHaQ3XliM9DB1o02nl94ysErKz-flVKjqEaZBH8ozWtOw-sqll~8tDaWyNbARofXzhlMm2hq~02qNq46gBnFx-pLqtRdlU6BZxQwqubz0rASZBU~abLKrcRw-l-T6WDiqG93H4QBfyNnjV4DJ6IDBoYfifYUP7xdWa41A3bXQf8E4rl4cl8OZ69oJJ60iRAHELuSKatU08vCZCYBUfpmETIIHMZUx-4g~DxQpbpnSo1A9P4QXB~SsESz9syoxNmVfEwHseIDAiBQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 17 maio 2023.

LIRA, Bruno Carneiro. **Alfabetizar letrando**: uma experiência na Pastoral da Criança. São Paulo: Paulinas, 2006. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc3-6.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

MAGALHÃES, Naiara. Retrospectiva: História dos métodos de alfabetização 2. **Ceale**, Belo Horizonte, Letra A, 11 de 2015. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/retrospectiva-historia-dos-metodos-de-alfabetizacao-2.html>. Acesso em: 21 mar. 2023

MEC - Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. 22 mar. 2023.

MORAIS, José. **Alfabetizar para a democracia**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MULTIEDUCAÇÃO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. **MULTIRIO**. Disponível em: http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/ME02/ME02_010.html. Acesso em: 22mar. 2023.

NINA, L. et. al. O estágio supervisionado na formação do licenciando em pedagogia e a construção da identidade docente. Universidade Federal do Piauí – **V Conedu**, Congresso Nacional da Educação, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID8534_10092018114433.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

NOGUEIRA, Silvana; SILVA, Priscila. O processo de aquisição da língua escrita: fundamentado em Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. **VI FIPED** – Fórum Internacional de Pedagogia, 30 de julho a 01 de agosto de 2014. Santa Maria/RS – Brasil.

Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP). Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_2datahora_25_05_2014_18_21_22_idinscrito_449_1fe05d4003b758754f391f52f0020681.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

NÓVOA, A. **A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola**. Lisboa: Educa. 2002. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA_ID5293_24092019173705.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

NÓVOA, António. *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000. 215p. disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/defesas/20180129083428.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

PICOLLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Porto Alegre: Edelbra, 2013.

ROCHA, Luciene. **Magda Soares: um olhar sobre os textos da autora e sua importância para a alfabetização: Elementos e processos que compõem a alfabetização e dialoga com as ideias da escritora Magda Soares sobre essa prática de ensino-aprendizagem caracterizada por sua complexidade, multiplicidade de concepções e seus condicionantes e vínculos com a linguística, a cidadania, a educação infantil, as mudanças históricas, o planejamento e a avaliação escolares, o letramento e os métodos**. Brasil Escola. 1999. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/magda-soares-um-olhar-sobre-os-textos-da-autora-e-sua-importancia-para-a-alfabetizacao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e profissionalização docente**. 1ª edição, Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA_ID5293_24092019173705.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967. Disponível em: <https://marciomorena.jusbrasil.com.br/artigos/142138561/os-tipos-de-pesquisa-cientifica-no-direito-a-pesquisa-quanto-aos-seus-objetivos>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2017.

SOARES, M. **Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89462860088/html/#:~:text=Alfalettrar%2C%20e%20caso%2C%20%20%20%20%20um,com%20a%20presen%C3%A7a%20da%20leitura>. Acesso em: 17 maio 2023.

SOARES, Magda. **O que é letramento e alfabetização**. 1999. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%2>

0Continuada/Artigos%20Diversos/O%20que%20%C3%A9%20letramento%20e%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso em: 25 mar. 2023.

SOARES, Magda Becker. Prêmio FUNDEP/1989. **Revista Educação**, Belo Horizonte (10): 76-78, dez. 1989.

SOARES, Magda. *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. [San Francisco, CA: WikimediaFoundation, 2017]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Magda_Soares. Acesso em: 26 mar 2023.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo. Ática, 2002.

SOARES, Magda Becker. Perfil Magda Becker Soares. [Entrevista concedida a] Itamar Rigueira Junior. **Diversa - Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ano 12, número 20, abr. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/20/perfil-magda.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SOARES, Magda Becker. **Discurso de Magda Soares**. Belo Horizonte: Ceale-UFMG, institucional, 08 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/discurso-de-magda-soares.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 61, de 11 de novembro de 2014**. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/61_14.HTM?Time=09/07/2015%2013. Acesso em: 05 abr. 2023.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

TURRA, C. M. G. et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1995. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38132492/Artigo_1_-_artigo_planejamento_ensino_como_ferramenta_basica-libre.pdf?1436387012=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPLANEJAMENTO_DE_ENSINO_COMO_FERRAMENTA_B.pdf&Expires=1684326939&Signature=M611uq5cC9xe5PTbcdexjDq6~bepjNzCQzbZNfkDCQLotjv5g0FVJ5H7rgKRXKnZ-RubY45-fLrHaQ3XliM9DB1o02nl94ysErKz-flVKjqEaZBH8ozWtOw-sqll~8tDaWyNbARofXzhIMm2hq~02qNQ46gBnFx-pLqtRdlU6BZxQwqubz0rASZBU~abLKrcRw-l-T6WDiqG93H4QBfyNnjV4DJ6IDBoYfifYUP7xdWa41A3bXQf8E4rI4cl8OZ69oJJ60iRAHELuSKatU08vCZCYBUfpmETIIHMZUx-4g~DxQpbpnSo1A9P4QXB~SsESz9syoxNmVfEwHseIDAiBQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 17 maio 2023.

VASCONCELLOS, Alice; SCACHETTI, Ana Ligia; CAMILO, Camila. **O construtivismo está nos detalhes**. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/8433/o-construtivismo-esta-nos-detalhes?gclid=EAlaIqobChMItuDex_as5wIViA-RCh1tAwykEAAYASAAEgLIZ_D_BwE. Acesso em: 28 mar. 2023.

APENDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Analisando o questionário dos professores das séries iniciais e termo de consentimento livre e esclarecido:

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”, de autoria de Rafaela Fraga Beltrão, orientada pela Prof^a. Dra. Luciane Sippert Lazzanov.

O objetivo geral desta pesquisa é “Investigar como se dá os processos de alfabetização e letramento em escolas públicas estadual e municipal de São Luiz Gonzaga na percepção dos professores, bem como propor algumas sugestões metodológicas que possam contribuir para o sucesso no aprendizado das crianças com nas séries iniciais”. A motivação deste estudo foi compreender a importância da alfabetização e letramento para o processo de desenvolvimento do planejamento escolar, bem como buscar alternativas para contribuir neste processo de modo a incluir a todos de forma equitativa.

O corpus da pesquisa é constituído das respostas obtidas por meio de um questionário realizado através da plataforma Google Forms com professores de escolas públicas municipais de São Luiz Gonzaga - Rio Grande do Sul.

As respostas serão acessadas pelos autores do projeto e constituirão estritamente o banco de dados desta pesquisa, que será guardado por 5 anos após o término desta.

Como qualquer pesquisa realizada com seres humanos, ela envolverá alguns riscos: Os sujeitos da pesquisa podem sentir-se constrangidos em relação à publicidade de informações de sua escola tornadas públicas. Neste caso, para evitar qualquer tipo de constrangimento, a (s) pesquisadora (s) irá (ao) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os participantes não serão identificados (as) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, nem mesmo a escola.

- Os sujeitos da pesquisa podem se sentirem constrangidos por não saberem responder a alguma pergunta do questionário. Neste caso, podem ficar bem à vontade pois nenhuma questão é de resposta obrigatória, bem como podem desistir da pesquisa em qualquer momento.

- Os sujeitos da pesquisa podem sentir algum desconforto físico ou psicológico durante o preenchimento do formulário. Neste caso, a participação pode ser interrompida a qualquer momento sem qualquer prejuízo ao participante, que poderá retomar seu preenchimento em outro momento se o desejar, uma vez que este será online e poderá ser realizado em qualquer local e momento.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa não acarretará qualquer penalidade. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

A pesquisa trará benefícios diretos e indiretos aos participantes, pois pretende-se realizar a avaliação diagnóstica que trará subsídios para elaboração de atividades educativas a serem oportunizadas nas escolas que se interessarem, bem como o Cursos de formação para professores. Além disso, pretende-se por meio desta identificar quais práticas voltadas à alfabetização e letramento contribuem de modo mais significativo para o desenvolvimento de alunos inclusos.

Os resultados serão encaminhados pela (s) pesquisadora (s) à instituição na qual a pesquisa está sendo desenvolvida, a fim de que esta seja disponibilizada aos professores e demais interessados, podendo incentivar novas pesquisas e ações de extensão sobre a temática, estimulando uma maior aproximação entre as escolas e a universidade.

Eu fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Em caso de dúvidas, poderei chamar algum representante da pesquisa, a partir dos seguintes contatos:

Telefone: (55) 9 9999-7985 E-mail: luciane-sippert@uergs.edu.br

Telefone: (55) 9 91993571 E-mail: rafaela-beltrao@uergs.edu.br

APENDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS PROFESSORES

- 1- Há quantos anos você trabalha com classes de alfabetização?
- 2- A escola em que você atua é:
 - () Municipal
 - () Estadual
 - () Atuo em as redes de ensino municipal e estadual
- 3- Localização da escola:
 - () Urbana
 - () Rural
- 4- Número de alunos:
- 5- Qual a sua formação?
- 6- Você, professor (a), já se questionou a respeito da prática que desenvolve em sala?
- 7- Até que ponto seu planejamento pedagógico, suas ações em sala alcançam todos os alunos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem?
- 8- Você considera sua prática docente inclusiva?
 - () Sim
 - () Não
- 9- Justifique sua resposta anterior.

- 10-**A escola possui proposta inclusiva e atendimento educacional especializado (AEE)? Se sim, onde consta esse registro?
- 11-**Como você avalia o processo de alfabetização e letramento em sua escola em relação à educação inclusiva?
- () Péssimo
- () Regular
- () Bom
- () Ótimo
- 12-**A partir de suas experiências, como podemos oportunizar experiências lúdicas aos estudantes, favorecendo seu processo de alfabetização e letramento?
- 13-**Você participa de formação continuada (capacitação) na área de alfabetização e letramento? Com que periodicidade?
- 14-** Você teria algo ou uma experiência que teve nesse período, que queira nos contar ou como é as experiências de alfabetização com o público-alvo da pesquisa? (Caso não seja do público de alfabetização, pode nos contar seu maior desafio com estes.)
- 15-**Você ensina ou acompanha algum estudante com deficiência, te a ou ah/ sd? Se sim, liste ações que você desenvolve e que promovem a inclusão desta criança. Se não, quais ações você acha que favoreceriam o processo de inclusão escolar de um aluno que apresentasse uma dessas condições? Observação: em sua resposta, preserve o sigilo sobre a identidade do aluno.
- 16-** Quais as atitudes, intervenções e recursos que a escola e o (a) professor (a) podem lançar mão para favorecer o processo de inclusão e alfabetização da criança?
- 17-**No seu ponto de vista, qual a maior dificuldade de alfabetizar e letrar uma criança com necessidades especiais?
- 18-**Em relação ao conhecimento que você possui sobre o desenvolvimento do processo de letramento de alunos com necessidades especiais, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum conhecimento e 10 muito conhecimento, o que você:
- 19-** Marque, qual modalidade você prefere participar de formações?
- () Presencial
- () Distância

() Híbrida

- 20-**Deixe sugestões do que você gostaria que fosse abordado em um curso de formação continuada para professores sobre alfabetização e letramento, na área de educação inclusiva.
- 21-**Os alunos não querem saber de conteúdos maçantes, vai cansando e perdendo o foco. Comente um pouco sobre como você realiza o planejamento de suas aulas e quais atividades você busca para atrair a atenção dos alunos e motivá-los a realizá-las?
- 22-**O que você considera importante para alfabetizar um aluno?
- 23-**Quais são as principais dificuldades durante o processo de alfabetização no ensino fundamental?
- 24-** Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão?
- 25-** Gostaria de expressar minha sincera gratidão por dedicar parte do seu tempo para responder ao meu questionário. Seu feedback é extremamente valioso e ajudará a aprimorar minha compreensão sobre o assunto abordado. Agradeço pela sua disposição em compartilhar sua opinião e experiência, pois isso me permitirá aprofundar minha pesquisa e alcançar melhores resultados. Seu apoio é muito importante e espero que possamos continuar trabalhando juntos em projetos futuros. Obrigado mais uma vez por sua contribuição significativa. Rafaela Fraga Beltrão